



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ORDEM DO DIA

1.1 – Plenário

2 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/2/2017

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 148/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao corregedor-geral de Polícia Civil pedido de informações sobre a conclusão da Sindicância Administrativa nº 216.488/2014, instaurada contra o delegado de Polícia Civil Vinícius da Costa Miguel, e sobre as providências adotadas quanto a comentários postados pelo delegado nas redes sociais a respeito da ação parlamentar do deputado Sargento Rodrigues no que tange aos agentes penitenciários contratados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.284/2015, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as expectativas de prosseguimento das obras da via de acesso ao aeroporto de Juiz de Fora, explicitando o cronograma de execução das obras e de repasses de recursos financeiros a esse município para fins de efetiva finalização das obras do Hospital Regional de Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.



Votação do Requerimento nº 1.317/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações sobre o contrato celebrado com a Copasa Águas Minerais de Minas para concessão do envasamento de água mineral nos Municípios de Araxá, Caxambu, Cambuquira e Lambari, acompanhado de pedido de envio de cópias do referido contrato, do distrato que culminou no seu rompimento e do novo contrato temporário, celebrado com a mesma empresa e para a mesma finalidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.318/2015, do deputado Felipe Attiê, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento o pedido de informações que menciona sobre o Quadro de Pessoal do Estado em 2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.384/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao diretor do Instituto de Criminalística de Belo Horizonte pedido de informações sobre os dados que demonstram a existência da demanda de convocação de excedentes ao cargo de perito criminal, objeto do concurso público da Polícia Civil de Minas Gerais cujo edital é de 2013. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.385/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre a morte de Leonardo Diogo Pereira Pires, em consequência de descarga elétrica sofrida enquanto trabalhava em uma cerâmica na cidade de Araguari, conforme noticiado pelo vereador José Donizetti Luciano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.408/2015, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os impactos do atraso da votação do Projeto de Lei nº 1.660/2015, a quantidade de agentes de segurança prisional e de agentes socioeducativos demitidos em razão da impossibilidade legal de prorrogação de seu contrato, as unidades que ficarão sem servidores e a quantidade de servidores que serão demitidos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.417/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o programa Mães de Minas, relativas ao seu andamento, às diretrizes atuais e ao número de gestantes e crianças cadastradas e acompanhadas por meio de sua central de atendimento telefônico. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.419/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o total de recursos financeiros destinados à construção do hospital público regional da macrorregião de Divinópolis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.420/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o repasse de recursos financeiros ao Hospital São João de Deus, de Divinópolis, nos últimos oito anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

3ª Fase

Pareceres de redação final.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES****6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 14/2/2017**

O deputado Duarte Bechir – Meu nobre presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, e secretário Dirceu, as minhas primeiras palavras, no início desta 3ª Sessão Legislativa, é de saudação aos nossos nobres pares; aos servidores desta Casa e de nossos gabinetes; ao meu ilustre companheiro, Dr. Jacó Soares, que coordena as atividades e os trabalhos em nosso gabinete; aos demais servidores do gabinete 211; aos profissionais da imprensa, que acompanham o nosso dia a dia; a todos que contribuem de diferentes formas para que o Legislativo Mineiro seja, reconhecidamente, o melhor do Brasil.

Ao povo mineiro enfatizo a minha mensagem de otimismo e de esperança, retratada nas palavras de reflexão que desejo, desta tribuna, proferir na tarde de hoje. Evidentemente, a nossa ponderação não está alicerçada em devaneios ou fantasias, mas encontra repouso exatamente na fé que não se abate, nem pode se abater, diante dos desafios e obstáculos com os quais o povo brasileiro está a se deparar. O grave momento da vida nacional exige de todos nós fé e coragem, aliás, muita coragem, para fazer o que precisa ser feito.

Não nos iludamos ante a realidade de que os grandes problemas nacionais continuam causando perplexidade e, por essa razão, não podemos postergar mais as medidas necessárias à retomada do crescimento e à recuperação da atividade produtiva em toda a sua potencialidade. As contas públicas requerem urgente reequilíbrio e, nesse particular, hipotecamos toda a nossa confiança em que o governo de Minas conduzirá, a bom termo, as medidas indispensáveis à superação desse desafio.

O desemprego, que está a 12% da força de trabalho, impõe, o quanto antes, a reversão para a geração de novas oportunidades de trabalho; certamente, reflexo disso será a ampliação das vendas no varejo e a retomada da atividade industrial. O endividamento familiar, ainda em níveis elevados, requer medidas de equacionamento para atenuar as consequências do quadro recessivo. Mas, diante de toda essa conjuntura, ilustre deputado e amigo Doutor Wilson, lembro aqui São Paulo, o combativo apóstolo de Cristo, que, em suas cartas escritas no primeiro século da nossa era, legou-nos lições, as quais podemos perfeitamente invocar em nossos dias e para essas horas. Se o ano de 2016, deputado André Quintão, pode ser acomodado naquele campo da história em que se aplicaria a exortação paulina de “esquecer as coisas que para trás ficam”, 2017 deve ser enfrentado com a fé que é por ele descrita como “a certeza de coisas que se esperam, a convicção de fatos que se não veem”. Portanto, ter fé, senhoras e senhores, é mais do que meramente um entusiasmo de torcida, ainda mais quando já se percebem sinais evidentes de que as coisas na economia começam, de fato, a melhorar. Corroboram essa nossa informação os dados divulgados pelo Banco Central, na última pesquisa Focus.

A inflação está em franco declínio, com a clara percepção de que a meta de 4,5% ao ano será atingida, deputado Antônio Jorge. A desinflação, por sua vez, impõe a redução dos juros básicos, que devem ser levados a patamares civilizados. O investimento estrangeiro líquido no País superou em mais de 30% as expectativas iniciais do Banco Central, alcançando, em 2016, US\$79.000.000.000,00, mais de duas vezes o saldo comercial. A produção industrial apresentou expressiva melhora em dezembro e o agronegócio, com a participação de Minas, com toda certeza, deverá apresentar, mais uma vez, desempenho extraordinário neste ano.

Todos esses fatores, positivamente associados, seguramente refletirão na realidade econômica de Minas Gerais, contribuindo decisivamente para a melhora da arrecadação e a recuperação da capacidade de ação e investimento governamental. Sabemos bem que as luzes do alvorecer não chegam de repente, mas podemos afirmar que seus primeiros raios já se vislumbram, dissipando a escuridão das incertezas e permitindo recobrar o ânimo, necessário nas decisões que mudam o norte em direção a posições mais seguras e promissoras.



Diante dessa perspectiva, devemos ter bem assentada a noção de nosso papel e de nossa responsabilidade como agentes políticos. Somos investidos da força da representação, em obediência ao comando constitucional firmado no parágrafo único do art. 1º da Carta Magna, cujo dispositivo estabelece: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Não somos, não podemos ser, não temos o direito de ser daqueles que, à semelhança dos músicos no Titanic, veem o naufrágio acontecer e não se dão conta de que é preciso fazer algo para a salvação de todos. Mas também, Sr. Presidente, não podemos nos sujeitar ou dar ensejo aos ativismos e aos arroubos midiáticos, tornando-nos, à semelhança de Robespierre, construtores de guilhotinas e algozes empertigados diante do nosso próximo, que exerce o seu legítimo direito de divergir de nossas crenças e convicções pessoais.

É necessário, então, que as pessoas decentes repudiem o clima de vale-tudo que paira sobre o País. É bem verdade que a impunidade entorpece a consciência e fragiliza a crença das pessoas de bem quanto à capacidade de resposta do Estado de Direito, levando ao extremo o questionamento de sua validade como opção definitiva para a preservação e o aprimoramento das conquistas civilizatórias. Mas a irresignação decorrente desse quadro não pode se degenerar em balbúrdia, deputado Gustavo Valadares, a ponto de comprometer a paz social e os fundamentos democráticos.

Essa verdade, nobres pares, irrestrita e inexorável, vale tanto para os que são citados, denunciados ou processados na denominada Operação Lava Jato, bem como para aqueles que promovem saques a estabelecimentos comerciais, como se viu em cidades do Estado do Espírito Santo. Estamos perdendo a noção ou estamos imitando aqueles que erram para sermos iguais? Quando somente a presença do aparato policial constitui óbice à conduta delituosa e é reconhecida como instrumento único a coibir que pessoas havidas por honestas não cometam crimes, há que se rezear pelo destino da Nação, ante a ausência de balizas éticas e morais a informar o comportamento da sociedade.

José Ingenieros, em sua primorosa obra *O homem medíocre*, sentencia: “Não há diferença entre o covarde que modera suas ações por medo do castigo e o cobiçoso que as ativa pela esperança de uma recompensa”.

A Nação, nobres pares, exige de cada um de nós, de todos nós, mais do que a conveniente honestidade decorrente do medo do castigo. Ela requer fé e virtude. Fé para ativar e manter permanentemente acesa a chama da esperança, e virtude para repudiar as mazelas e cooperar para o comum engrandecimento.

É chegada a hora, mineiros e mineiras, minha gente querida de todo o nosso interior de Minas, de a Nação não se ver mais prisioneira nem da desilusão, nem da esperança vã, mas que seja plena de fé, repleta de realizações, e se mostre capaz de alcançar o amálgama que faz um povo orgulhar-se do sentimento de Pátria.

Concluo, pois, invocando, uma vez mais, o conceito e o conselho sábio de Ingenieros: “Os países são expressões geográficas, e os estados são formas de equilíbrio político. Uma pátria é muito mais e é outra coisa: sincronismo de espíritos e de corações, temperatura uniforme para o esforço e homogênea disposição para o sacrifício, simultaneidade na aspiração da grandeza, no pudor da humilhação e no desejo da glória. Quando falta esta comunidade de esperanças, não há pátria, não pode havê-la: há que ter sonhos comuns, anelar juntos grandes coisas e se sentirem todos decididos a realizá-las, com a segurança de que, ao marcharem em busca de um ideal, ninguém ficará na metade do caminho contando suas misérias”.

Caminheemos todos rumo ao Brasil que almejamos, que Minas Gerais estará, como sempre, na vanguarda.

Minhas palavras de hoje, caro presidente, deputado Dalmo, Sras. e Srs. Deputados, certamente vão servir de reflexão não só para aqueles que nos vêm através da TV Assembleia, não somente para aqueles que detêm mandato, não somente para aqueles que foram, em outubro do ano passado, eleitos ou reeleitos, não somente para as autoridades, sejam policiais, sejam do Judiciário, sejam do Ministério Público, mas principalmente para o povo brasileiro. As últimas eleições, de 2016, estão revelando que alguns deles ou muitos daqueles que se candidataram com plataformas de campanhas na tentativa de denegrir, na tentativa de macular ou de cobiçar o



voto por promessas vãs, no primeiro mês de 2017, desse governo, já se vêm arrependidas. É o caso dos Estados Unidos da América. Todos nós sabemos da necessidade dessa pátria-irmã estar junto dos demais países, ao contrário de trancar as suas portas para aqueles que sofrem nos países mais pobres, que não podem entrar. E até aqueles que já se tornaram cidadãos americanos, que lá têm famílias, que estão tratando, estudando, veem as portas fechadas.

O Brasil precisa, urgentemente, de conserto. Entendo. Nós temos de dar o exemplo. Fomos eleitos para fazer o certo, e não podemos concordar que um estabelecimento comercial, como vimos no Espírito Santo, seja adentrado por pessoas para subtrair produtos que não compraram, porque ali não havia polícia.

Quero aqui terminar as minhas palavras. Está hoje em nosso gabinete o prefeito de Marmelópolis, Camilo Alberto da Silva, um jovem com quem trabalhamos. Entre Delfim Moreira e Marmelópolis há, à beira da estrada, uma vendinha, de um produtor, que ali deixa expostos os produtos da roça, chicletes, balas, chocolates e uma vasilha com moedas para troco, para que aquelas pessoas que passam e, sem ninguém para vender, possam comprar, colocar o dinheiro e tirar o troco. É um exemplo, é um fato, é uma realidade. E isso não está longe de nós, está em Minas Gerais. Nós podemos ser a diferença. O Brasil precisa mudar, e não será com propostas vãs, com mediocridade, com medo, que haveremos de mudar e achar o caminho.

Temos de ter coragem. A Assembleia Legislativa do Rio, para votar, precisa de aparato policial e da Força Nacional. O que vier para esta Casa, havendo necessidade de discussão, temos de ter coragem, porque Minas não é minha, não é dos meus eleitores nem de nenhum deputado ou dos seus eleitores, mas de todos nós. É com responsabilidade, coragem, confiança e, acima de tudo, fé, que haveremos de encontrar o caminho e dar a resposta certa a todos os mineiros. Minas sempre foi o exemplo do Brasil. Muito obrigado, presidente, senhoras e senhores.

O deputado Emidinho Madeira – Boa tarde a todos os colegas e ao nosso presidente Dalmo. Queria fazer um pronunciamento hoje do Brasil que está dando certo, o Brasil do setor rural. Peço o apoio a todos os colegas e à Secretaria de Agricultura sobre a importação de café. Sei da importância do café solúvel e das indústrias. Mas, há muitos anos, começaram a importar o leite do Uruguai e nunca mais pararam, ficando, às vezes, os nossos produtores de leite em dificuldade. O café é uma das maiores empresas de geração de emprego deste país. Ano após ano, o cafeicultor, o produtor rural, vem lutando com dificuldade. Não podíamos fazer isso com o nosso cafeicultor. Talvez tivéssemos de unir as nossas forças, criar uma bancada ruralista forte e ir ao Ministério para que isso não aconteça.

É um risco muito grande que estamos correndo. Os números não batem. A Conab diz que o Espírito Santo não tem estoque de café conilon. Os produtores do Espírito Santo estão dizendo que têm 4 milhões de sacas de café no estoque. Não podemos deixar isso acontecer. O governo de Minas tinha de se posicionar porque é o maior Estado produtor de café do mundo.

Voltando a falar do Brasil que está dando certo, quero deixar aqui os meus parabéns à Cooxupé pela realização da Femagri, de exposição de máquinas, tudo com novas tecnologias, com 35.000m de cobertura este ano. A Femagri este ano foi um *show*, um espetáculo. Deixo aqui os meus parabéns ao Sr. Carlos Paulino, presidente da Cooxupé, a toda a diretoria, aos 13 mil cooperados, a todos os funcionários, enfim, à família Cooxupé, pela eficiência e qualidade da feira.

Quero falar novamente do Brasil que está dando certo e parabenizar o Luiz Carlos, nosso presidente da Girolando. Fiz questão de estar presente em Uberaba, na sua posse. Agradeço ao Jônadan por tudo o que fez nesses três anos em que contribuiu com metade do seu tempo para o desenvolvimento da Girolando, essa associação tão importante para o nosso país. Desejo sucesso ao Luiz Carlos, novo presidente. Estamos juntos para o que der e vier. Muito obrigado a todos.

O deputado Bosco (em aparte)* – Faço este aparte antes da sua conclusão. Caro Emidinho, gostaria, nesta oportunidade, de dizer já que estivemos juntos na última sexta-feira na cidade de Uberaba onde estiveram presentes os deputados Tony Carlos e Lerin. V. Exa. teve a honra de representar a Assembleia de Minas Gerais naquela tão destacada e importante posse da nova diretoria da Associação Brasileira dos Criadores de Girolando. Como V. Exa., gostaria de cumprimentar o atual presidente Luiz Carlos, que foi



empossado nesta última sexta-feira e assume agora essa associação, uma das maiores do Brasil, com praticamente 4 mil membros em todo o País e tem hoje uma atuação muito importante, levando o conhecimento e os avanços dessa raça para vários continentes.

É uma associação que hoje está presente em vários outros continentes e países.

Da mesma forma e aproveitando a oportunidade, gostaria de cumprimentar o atual presidente Luiz Carlos e render as nossas homenagens ao ex-presidente, produtor e empresário Jônadan, que também, durante os três anos à frente da associação, inovou, investiu bastante na raça, buscou novos associados e obteve conquistas importantes. Então, recebam os nossos parabéns. Ressaltando o seu empenho, a sua força e a dos demais deputados ruralistas desta Casa, quero aqui, mais uma vez, reforçar o nosso apoio, o nosso empenho, sobretudo e em especial à Associação Brasileira dos Criadores de Girolando.

O deputado Emidinho Madeira – Antes de finalizar, gostaria de agradecer a presença do prefeito Hermes, da cidade de Alterosa; e do Célio Teixeira, lá de Andradas, produtor de batata. Agradeço-lhes a presença e quero dizer-lhes que o nosso mandato é muito voltado à área rural e que o governo deveria colocar o setor rural no primeiro plano. É muito importante para o nosso Estado esse setor. É o que está dando suporte a este país, é o que está bancando este Estado e os nossos municípios. Além de gerar empregos e de pagar impostos, é muito solidário. Todas as vezes em que precisamos dos produtores rurais para ajudar qualquer entidade em nossa região, eles estão sempre prontos e firmes para nos ajudar. Boa tarde a todos.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues* – Cumprimento o Sr. presidente, os Srs. deputados, as Sras. deputadas, o público que nos acompanha pela TV Assembleia e os visitantes das galerias.

Sr. Presidente, Dalmo Ribeiro Silva, deputado João Leite, trago uma preocupação sobre o que está acontecendo com o Corpo de Bombeiros Militar em Minas Gerais. As trapalhadas da atual administração pública, do atual governo do PT, de Pimentel, não param de acontecer no Estado. É uma ação atabalhoada atrás da outra, sem nenhuma preocupação com a eficiência da gestão pública. Isso é muito preocupante, deputado João Leite.

O Comando-Geral da Polícia Militar está encaminhando ao governador do Estado uma minuta de decreto de lei que visa regulamentar a Lei nº 22.257, de julho de 2016, que trata da organização da administração pública. Mesmo assim, o decreto vem ao arrepio da lei – e eu vou explicar o porquê. Ele dispõe sobre a criação do comitê de gestão da atividade da aviação estadual, chamado de Comgave.

Mas fizeram aqui, deputado Léo Portela, como sempre, uma lambança. Querem criar esse órgão por meio de decreto – o que já não poderiam fazer – e subordinam uma série de órgãos e secretarias a esse órgão, a esse comitê, ferindo uma série de dispositivos da Constituição do Estado, de lei complementar e de lei ordinária.

Não sei quem anda assessorando o governador do Estado no âmbito jurídico, porque não é possível que uma minuta de decreto tão pessimamente redigida do ponto de vista da hierarquia das leis consiga chegar às mãos do governador, Deus sabe com qual intenção. Não sabemos qual é a intenção que está por trás da criação desse Comgave. Cria mais esse órgão e subordina a ele o Corpo de Bombeiros a ele.

Então vejamos: “O Comgave será composto, de forma paritária, pelas seguintes secretarias e órgãos autônomos: 1 – Polícia Militar; 2 – Gabinete Militar do Governador; 3 – Polícia Civil; 4 – Corpo de Bombeiros Militar; 5 – Secretaria de Saúde; 6 – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; 7 – outras secretarias ou órgãos que possuam ou venham a possuir serviços orgânicos ou controlados de suporte aéreo, incluindo suas autarquias e fundações”. E aí vem criando esse decreto, deputado João Leite.

Recebemos uma minuta oriunda do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros, que está sendo encaminhada ao governador para que não cometa mais uma aberração naquilo que já está funcionando bem. A minuta encaminhada ao Gabinete Militar do



Governador e ao governador começa dizendo o seguinte: “A minuta de decreto visa criar o Sistema Estadual de Operações Aéreas do Estado para otimizar os processos de gestão das operações aéreas, disciplinar assuntos interinstitucionais de maneira transversal e desenvolver o setor, inclusive junto às iniciativas para o desenvolvimento econômico do Estado”.

E aqui o Comando do Corpo de Bombeiros elenca a Constituição do Estado; a Lei Complementar nº 54; a Lei Estadual nº 22.257; a Lei Complementar Federal nº 141. E fala que o art. 142, em seu inciso II, trata da autonomia do Corpo de Bombeiros enquanto instituição militar. Talvez a assessoria jurídica do governo desconheça que primeiro vem a Constituição Federal, depois as leis complementares federais, infraconstitucionais, a Constituição do Estado, lei complementar, lei ordinária, para depois chegar a decreto. E, a partir de um decreto, deputado Antônio Jorge, eles querem mudar e ferir a autonomia, alterando a Constituição do Estado e a lei complementar estadual do Corpo de Bombeiros.

Art. 3º da Lei Complementar nº 54: “Compete ao Corpo de Bombeiros Militar coordenar e executar as ações de defesa civil, proteção e socorrimento públicos, prevenção e combate a incêndio, perícias de incêndio e explosão em locais de sinistro, busca e salvamento”.

O mesmo diploma legal garante a autonomia administrativa e operacional da corporação. A Lei Complementar nº 54/1999 garante a autonomia administrativa e operacional da corporação, do Corpo de Bombeiros.

“Art. 4º – Ao Corpo de Bombeiros Militar é assegurada autonomia administrativa e financeira, cabendo-lhe especialmente...”. E aqui vem discriminando as competências do Corpo de Bombeiros.

Mais adiante foi feita uma análise, e a análise diz o seguinte: “A minuta de decreto apresentada pelo Gabinete Militar do Governador visa criar o Sistema Estadual de Operações Aéreas para, dentre outras finalidades, otimizar os processos de gestão das operações aéreas. A minuta de decreto também cria o Comando de Aviação Estadual – Comave – que irá coordenar o Sistema Estadual de Operações Aéreas”.

Mas aí os art. 1º e 2º vêm falando dessa minuta de decreto: “Os trechos destacados nos artigos apresentados acima ferem a autonomia administrativa e operacional do Corpo de Bombeiros Militar, garantidos pelos arts. 4º, 5º, 6º e 28 da Lei Complementar nº 54, de 1999”.

Além disso, outro ponto a ser analisado é o fato do Comave ser uma unidade especializada da PMMG. Por se criar uma estrutura que englobará a atividade de aviação do Estado, com a participação de vários órgãos e secretarias, não há plausibilidade ao vincular essa estrutura proposta como sendo uma unidade da PMMG. Dessa forma, a atividade aérea do Estado não passará a ser gerida por um sistema, mas, sim, por um único órgão, no caso a PMMG.

Outro reflexo do fato de o Comave ser uma unidade da PMMG: será que todos os cargos de chefia e direção dessa nova estrutura serão de militares da PMMG, em detrimento da participação de outros órgãos e secretarias do sistema? “Uma sugestão plausível seria alocar essa estrutura, Comave, a uma secretaria que faça o papel de integração entre os componentes do sistema. Nesse sentido, sugere que o Comave seja vinculado à Secretaria de Segurança Pública.” É a sugestão do próprio Corpo de Bombeiros.

No item 5.4 da memória entregue ao governo, “no que diz respeito ao cargo do comandante do Comave, por se tratar de um sistema em que há participação de diversos órgãos e secretarias, seria interessante que o comando e direção se dê de forma integrada e colegiada. Outra possibilidade é que esse cargo seja rotativo entre os órgãos e secretarias que integram o sistema estadual de operações especiais”. Mas a minuta do decreto não traz isso. O comandante será um oficial de último posto, ou seja, um coronel da ativa da Polícia Militar. Cada hora o governo cria um embaraço na administração pública.

Os trechos em destaque, que constam, no art. 3º, incisos II e III, dessa minuta de decreto, novamente ferem a autonomia administrativa do Corpo de Bombeiros, conforme mencionado. “Na redação proposta, o Batalhão de Operações Aéreas do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais perde a sua autonomia operacional, que é garantida pelo art. 6º, c/c art. 28, da Lei Complementar nº 54”.



Prof. Bonifácio Mourão, V. Exa., que é professor universitário na cadeira de direito, desde quando um decreto estadual pode sobrepor uma lei complementar que aprovamos nesta Casa? Não é o ato solitário do governador, por meio de um decreto, que pode alterar a lei. Esse decreto que o comando da PM encaminhou ao governador fere, mortalmente, a autonomia do Corpo de Bombeiros.

“Na redação proposta, o Batalhão de Operações Especiais do Corpo de Bombeiros perde autonomia, uma vez que a coordenação e o controle de todos os voos realizados por aeronaves integrantes do SeopAer passam a ser realizados pelo Comave. Um helicóptero está sendo empregado em um combate a incêndio florestal ou em um determinado salvamento quando se inicia uma rebelião em presídio ou uma perseguição policial a um veículo roubado, por exemplo. Qual será a prioridade? A aeronave continuará o combate ao incêndio ou o salvamento em que estiver empenhada, ou será realocada para apoiar a ocorrência policial? Qual interesse, competência, vai prevalecer? Quem definirá a prioridade de emprego da aeronave, haja vista que podemos ter os mesmos bens jurídicos em risco, por exemplo, vidas, patrimônio e bem-estar da coletividade?”

Já concedo um aparte a V. Exa., deputado Antônio Jorge. “Outro ponto a se destacar, no art. 3º, é a previsão de celebração de Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário – TDCO –, para a execução de despesas. Visando não suprimir ou minorar a autonomia administrativa de cada órgão ou secretaria do SeopAer, além da possibilidade de conflito de prioridades entre as demandas de cada integrante do sistema, é oportuno definir que essa execução será apenas para os itens: 1) aquisição de combustível; 2) manutenção, e 3) contratação de seguro para as aeronaves.” Ou seja, essa criação que o comando da Polícia Militar elaborou na minuta que está entregando ao governador bagunça tudo.

Não é a primeira vez que o bombeiro militar se queixa, porque a defesa civil já deveria estar nas mãos do bombeiro. Mas não está, deputado Antônio Jorge, porque não tem a mesma capilaridade da Polícia Militar. Mas a previsão, do ponto de vista da Constituição da República e da Constituição do Estado, é de que a defesa civil seja do bombeiro. Só que, agora, passaram do limite: o bombeiro vai perder autonomia em caso de salvamento, que é uma ação específica, uma ação em que eles são especializados. Vai perder também autonomia financeira, administrativa, porque redigiram uma minuta de decreto estapafúrdia.

O deputado Antônio Jorge (em aparte)* – Quero partilhar e elogiar a sua percepção, a sua diligência ao esclarecer rapidamente esse decreto a partir da vasta experiência que tem na área de segurança. Corroborando suas palavras, queria externar a nossa preocupação quando lemos a minuta do que acontecerá com o resgate médico. Foi iniciativa do ciclo de governo passado colocar no Samu pré-hospitalar um desenho desenvolvido pelos *experts* do Corpo de Bombeiros contando com seis aeronaves, helicópteros e duas aeronaves de asas fixas para compor o sistema de transporte aeromédico de Minas Gerais. Uma das premissas, deputado Sargento Rodrigues, é exatamente essa. A aeronave vocacionada para transporte aeromédico tem de estar ociosa, liberada, porque não se pode prever quando haverá um resgate aeromédico. Então era muito importante preservá-la obviamente na mão dos bombeiros ou dos militares que têm *expertise*, todo o operacional da manutenção, do treinamento, dos pilotos, e assim foi feito com o recurso da saúde.

A saúde pagou o treinamento dos pilotos da aeronave que foi adquirida na Alemanha, e é fundamental resguardar a autonomia dos bombeiros, da saúde, nas aeronaves do Samu, e do resgate aeromédico, porque não saberemos como será se for adiante a ideia do atual comando.

V. Exa. está de parabéns pela percepção. Usamos a palavra somente para referendar essa questão com um caso específico do Samu, que, aliás, como tudo neste governo, foi abandonado. Foi adquirida uma aeronave das seis previstas, e nada mais foi feito.

O deputado Sargento Rodrigues* – Agradeço ao deputado Antônio Jorge. V. Exa., sempre muito sensato, muito equilibrado, captou rapidamente a nossa preocupação. Seria o Comando da Polícia Militar à frente desse órgão que definiria não se essa aeronave estará à disposição para esse tipo de trabalho, mas também do Corpo de Bombeiros. Vai virar uma verdadeira bagunça, porque quem vai priorizar o salvamento, o combate a incêndio, uma rebelião numa penitenciária ou o socorro às vítimas de um grave acidente numa



rodovia que corta o nosso estado, deputado João Leite? V. Exa. sempre teve essa preocupação. Estão fazendo, mais uma vez, uma bagunça. Mais uma vez, o Comando da Polícia Militar tenta arvorar-se no direito de abraçar o mundo todo novamente; isso não deu certo no passado.

Presidente, encerro dizendo que temos de deixar as competências e as autonomias operacionais do Corpo de Bombeiros com os bombeiros; as da Secretaria de Saúde com a Secretaria de Saúde; as da Secretaria de Meio Ambiente com a referida secretaria. E não fazer essa bagunça que o Comando da Polícia Militar está propondo nesse decreto, que vai piorar – e muito – as condições de socorrimento e salvamento por parte desses órgãos e secretarias citados na minuta. Esperamos que o governador dessa vez tenha um pouquinho mais de juízo, porque a sua administração é péssima, pífia, sem falar dos outros adjetivos que declinamos aqui várias vezes. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, deputadas, deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos e cidadãs que acompanham a reunião plenária da Assembleia Legislativa, vou nesse mesmo passo. Parece que o governo de Minas gosta de brincar de algumas coisas. Parece que aeronaves é uma especialidade. Outro dia vimos aquela grande aeronave do governo de Minas pousando em Capitólio, em Escarpas do Lago, que é um lugar de passeio, de veraneio das pessoas com mais condições do nosso estado. Vimos o grande helicóptero do governo de Minas Gerais pousando para buscar o filho do governador. Parece, líder Bonifácio Mourão, que as aeronaves são o brinquedo predileto do governador do Estado.

Vejam que agora temos uma companhia aérea do governo do Estado, que faz viagens. Alugaram, não se sabe por qual preço, uma aeronave para viajar pelo Estado. As informações que temos, os números, são impressionantes.

É uma aeronave que viaja vazia o tempo inteiro. O governo quer ter uma companhia aérea. Esse é um traço impressionante do comunismo, do que existe de mais antigo no mundo, onde o Estado é o dono de tudo, é o Deus, é a mãe que resolve todas as coisas. Então, cria novas empresas. O outro traço muito forte de ditadura é esse que nós vimos aqui, apresentado pelo deputado Sargento Rodrigues. Isso é algo normal nas ditaduras, que desconhecem totalmente a hierarquia das leis, a Constituição. Aqui está o decreto do governador que dispõe sobre a criação do sistema estadual de operações aéreas. Ele desconhece totalmente as legislações do Estado. O governo quer agir por decreto, retirar funções dos bombeiros militares – ainda que fosse uma coisa boa, mas aqui está provado que é um equívoco lamentável. Os bombeiros militares têm *expertise* em salvamento, precisam ter aeronaves à disposição para fazer salvamento nas estradas, têm equipamentos para retirar as pessoas em acidentes quando ficam presas às ferragens dos carros. Todos nós corremos esse risco. Os deputados estão sempre em estradas, nossas famílias estão sempre nas estradas de Minas.

Recebi agora, com muito prazer, um telefonema do ministro José Carlos Carvalho, manifestando uma preocupação ambiental, porque são os bombeiros militares também que trabalham nos incêndios. E vem o governador querendo dar à Polícia Militar esse cuidado. Nós sabemos da competência da nossa Polícia Militar, que já faz muitas coisas, faz o que nem deveria fazer. Mas retirar os bombeiros militares do comando de salvamento nas estradas, do comando de salvamento em casos graves de saúde, do comando de salvamento em afogamento? Retirar os bombeiros de algo tão importante como o transporte de órgãos?

O deputado Antônio Jorge nos daria uma aula sobre isso. Imagino que ele deva comentar o assunto. Eu não entrarei nesse campo, pois ele o domina. Lamentavelmente Minas Gerais tem agora um recorde. Tivemos um ano com menor captação de doação de órgãos. É o apagão da gestão em Minas. O PT brigou tanto contra o choque de gestão e agora conseguiu apagar a gestão no Estado de Minas Gerais. É lamentável o que estamos vendo, mas é mais lamentável ainda esse traço autoritário do governo do PT, que quer fazer tudo por decreto. Isso me lembra os atos institucionais. Talvez o mais famoso seja o AI-5. Faz-se por decreto, governa-se por decreto, desconhece-se o parlamento.

O deputado Rodrigues mostrou aqui. Há uma vasta legislação que trata de salvamento no Estado; há um comando de salvamento já consagrado na legislação do Estado, que é dos bombeiros militares, e não dos policiais militares.



Logo passarei aparte ao líder Bonifácio Mourão. O mais grave é que novamente estamos retirando pessoas das ruas, comandantes, para realizarem função dos bombeiros. Estamos retirando oficiais, praças da Polícia Militar e colocando-os dentro de gabinetes.

Não interessa à população de Minas Gerais ter policiais militares em gabinete, mas, sim, nas ruas, combatendo a violência e o crime.

Com muito prazer, concedo aparte ao líder Bonifácio Mourão, relator da Constituição do Estado de Minas Gerais. Imagino que ele fica arrepiado quando vê um decreto acima das leis. Ouço V. Exa. com muito prazer, meu líder.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – O prazer é meu, deputado João Leite. Na verdade, o deputado Sargento Rodrigues já abordou esse assunto, e V. Exa. o faz muito bem. É a inversão do princípio da hierarquia das leis: primeiro a Constituição Federal, depois as constituições estaduais, as leis complementares, as leis e, por último, o decreto. Agora o decreto está na frente de todo mundo. Nosso deputado Dalmo Ribeiro Silva está ali acenando de forma positiva, confirmando a nossa afirmação. Temos consciência do que estamos falando.

Deputado João Leite, quando V. Exa. fala que a captação de órgãos está ficando cada vez mais difícil e, com certeza, o eminente deputado Antônio Jorge, com toda a sua autoridade de grande ex-secretário de Estado da Saúde vai abordar esse ponto, lembramos aqui que uma das medidas do governador Pimentel, do PT, foi suspender as construções dos hospitais regionais de modo geral. Pararam todas, cerca de 13 a 14, inclusive do Hospital Regional de Governador Valadares, cuja obra está 80% pronta. Está completamente parada e sendo depredada. Ora, se tivéssemos os hospitais prontos, iniciados no governo Antonio Augusto Anastasia, ia adiantar bastante. Na época, em Valadares, por exemplo, quando ele saiu do governo e passou para Alberto Pinto Coelho e quando este terminou, trabalhavam 300 pessoas nessa obra. Agora não há ninguém.

Esses hospitais, no programa de urgência e emergência, têm, entre outras finalidades prioritárias, o objetivo de conter a demanda da capital do Estado. O pessoal não sair nas ambulâncias pelas estradas perigosas, inclusive na Rodovia da Morte, BR-381 Norte, que liga Belo Horizonte a Valadares, para não correr o risco de viajar já doente para Belo Horizonte e morrer na estrada em grande parte. Os hospitais tinham o objetivo, então, de conter a demanda para a capital, atender à pequena, média e alta complexidades, inclusive facilitando a captação de órgãos para transferência para os grandes centros. Isso não está acontecendo, pela ociosidade absoluta do governo deste estado, inclusive na área da saúde, o que é absolutamente grave. Muito obrigado, deputado João Leite.

O deputado João Leite* – Eu é que agradeço. V. Exa. faz uma leitura do nosso estado na questão da saúde. Acompanhamos essa área. Não sabemos tanto quanto o ex-secretário Antônio Jorge, mas ele poderá, inclusive, nos falar sobre isso. É uma preocupação nossa, pois o abandono dos hospitais regionais pode e está representando a morte de muitas pessoas no nosso Estado. Mas isso tudo cabe nessa afirmação que fazemos na tribuna: é o apagão da gestão no Estado de Minas Gerais. Sei que é chato mesmo fazer gestão. Não é fácil não. É preciso ficar em cima de cada coisa. Eles abandonaram a gestão no Estado. Aquilo que é prioridade para a população não o é para este governo.

Quase encerrando a minha manifestação, deputado Sargento Rodrigues, acompanhamos, desde a Comissão de Segurança Pública, presidindo, sendo membro da comissão ou vice-presidente do deputado Sargento Rodrigues, o que sobrou das Regiões Integradas de Segurança Pública. Em algumas, encontramos comandantes que realmente fizeram história, conseguiram unir as polícias do Estado de Minas Gerais, os bombeiros, conseguiram ligação com a Polícia Federal. Agora ficamos estarecidos ao ver o governo tirar do comando do departamento da região de Contagem e Betim a delegada Ana Maria, mulher negra e trabalhadora. Como presidente da Comissão de Segurança Pública, pude ver essa mulher nas ruas, lutando junto com a Polícia Militar, contra o crime. Qual é o prêmio que o governo do PT dá a ela? Tira a delegada Ana Maria do comando do departamento de Contagem e Betim.

É um lugar espinhoso. O deputado Coronel Piccinini sabe como é combater o crime nessas regiões de grandes extensões. A delegada fez isso com sacrifício de vida. Fizemos reuniões nessas regiões com a presença da delegada Ana Maria, e o governo do PT manda embora uma mulher trabalhadora, responsável, com uma história na Polícia Civil e na área da segurança do Estado de Minas Gerais. Uma policial negra é mandada embora. E é colocada no lugar dela... Vamos acompanhar o que o PT está fazendo na Polícia Civil. É lamentável o que está acontecendo. Sei que o deputado Sargento Rodrigues se manifesta da mesma maneira. Reconhecemos o papel da delegada Ana Maria. Com a palavra, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Cumprimento V. Exa. que, mais uma vez, traz esse importante papel. O grande problema no País, deputado João Leite, é que os governos de forma geral, uns muito mais, outros menos... Houve um tempo de calma, de tranquilidade, durante os 12 anos dos governos anteriores na segurança pública. Houve vários avanços nas legislações internas, avanços do ponto de vista logístico e no crescimento do efetivo. Lembro como se fosse hoje, o próprio Coronel Piccinini também lembra do comando do Cel. Renato. Naquela época, sua expectativa era chegar a 48 mil homens na ativa com, no mínimo, 8 policiais em cada destacamento, que é a menor fração da Polícia Militar. Todos os avanços que foram alcançados nos governos Aécio e Anastasia no Estado de Minas Gerais vemos ir por água abaixo. Basta perguntar quantas vezes a chefia da Polícia Civil já foi trocada em dois anos de governo. Quantas vezes a chefia já foi trocada? Foi trocada três vezes.

Correram com o Dr. Wanderson Gomes, que era um excelente chefe de polícia, operacional, forjado na unidade especializada do Deosp, competente. O PT não consegue fazer gestão sob a ótica de uma política de Estado. Isso é algo medíocre. Permitiram que alguns parlamentares desta Casa, por exemplo, indicassem uma série de diretores de presídio e deu no que deu. Fiquei 12 anos na base do governo Aécio Neves e não indiquei nenhum diretor, porque não é área para indicar, é área técnica. O governo do PT conseguiu fazer uma lambança. Foram quatro subsecretários de Administração Prisional, deputado Bonifácio Mourão, dois Comandos da Polícia Militar, secretário de Defesa Social. Não há segurança. Quem trabalha neste governo em uma área tão sensível como a da segurança? É o que estão fazendo agora com a delegada competente, aguerrida, séria. Estão rifando a delegada. Lá não tem esse negócio. Eles não têm o mínimo de pudor, deputado João Leite. Não há escolha do ponto de vista da capacidade, da qualificação técnica, do currículo, da competência. É quem mais levanta a bandeira do partido. “Quantos anos você levantou a bandeira?” “Por 30 anos”. “Então você pode ocupar um cargo na Cemig”. Fica amontoado lá recebendo R\$30.000,00 ou então na Codemig ou na Copasa. É assim, deputado João Leite, não existe critério algum neste governo. Não podemos falar em gestão. Se falar que esse governo tem gestão é até blasfêmia. Infelizmente essa é a realidade.

Estão estourando rebeliões nos presídios de todos os cantos do Estado. Infelizmente estão parcelando o salário dos servidores da segurança pública há 13 meses. Há dois anos eles estão sem reposição das perdas inflacionárias, o que já é o cômputo que a segurança tem de prejuízo com esse governo. Isso sem falar nas outras, sem falar nas menores, no não pagamento de diária, no não pagamento de férias-prêmio, no não pagamento de 13º salário de forma integral, na ajuda de custo, e por aí vai. Parabéns a V. Exa.

O deputado João Leite* – Obrigado, Sr. Presidente. Creio que a próxima Comissão de Segurança Pública da Assembleia deveria homenagear a delegada Ana Maria. Ela deu a vida pela segurança no Estado de Minas Gerais e agora sai pela porta dos fundos.

Estão priorizados no Estado delegados de gabinete; não são os delegados operacionais que estão sendo premiados pelo trabalho nas ruas, lamentavelmente. Estaremos, neste Plenário, desta tribuna, atentos a isso que esse governo tem feito e mostraremos, permanentemente, para a população de Minas Gerais, a verdade sobre esse governo do PT. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Antônio Jorge* – Presidente Dalmo, caríssimos pares, público que nos assiste, temos tido oportunidade, acho que já de forma reiterada neste Plenário, de expor nossa preocupação com as questões atinentes à gestão da saúde. De certa forma,



este parlamentar, que ocupou um cargo de gestão num passado recente, tem se preservado, até numa dimensão ética, de fazer críticas que possam ser interpretadas como fáceis, como um proselitismo partidário. Mas a verdade é que chegamos ao limite. O deputado João Leite emprega uma expressão cada vez mais usual entre aqueles que transitam na saúde que é o apagão da saúde. As coisas vão tomando determinado contorno que fica até difícil creditar isso a uma falha de gestão, a uma questão ideológica. É um verdadeiro apagão, é uma ausência de atitude. O passado, tenho insistido, para o governo do PT, é um ativo não a favor da sociedade. O acúmulo republicano de várias gestões, com acertos e erros, não é um ativo para continuarmos o trabalho, é um ativo para se olhar para trás, para fazer críticas.

Estou vendo acontecer uma situação: não existe uma área da saúde em que podemos comemorar, em que alguma coisa foi feita no sentido construtivo. A Funed está produzindo talidomida. A primeira atitude do governo, na fundação, foi denunciar que existia matéria-prima vencida. De certo, é verdadeiro, e infelizmente usual, a perda de matéria-prima em grandes volumes de produção acontece. A UFMG até já se pronunciou sobre esse fato, que estava dentro do limite da boa prática, como um grande fato político. De lá para cá, a Funed afundou, até o soro parou de produzir agora. Se não fosse o Butantan, não teríamos soro no Brasil. Talidomida é o único item produzido pela Funed. Sabe qual é a resposta do governo, deputado Mourão? A Funed está sem presidente há 11 meses.

Fiz um requerimento ao presidente, e foi refutado pela Mesa, porque queríamos sabatinar a vice-presidente, notória militante do PT que está lá, sem nenhum passado na indústria farmacêutica. Mas ela é do PT, tem militância naquele partido, é vice-presidente de uma indústria farmacêutica estatal e ocupa o cargo de presidente. De duas uma: ou o governador Pimentel nomeia um presidente para a Funed, que está nas suas obrigações – e nós é que vamos sabatinar esse presidente, para saber se ele tem competência –, ou traz essa dona, vice-presidente, essa doutora, para ser sabatinada por esta Casa. Tenho a convicção de que ela não tem a menor competência para estar onde está. Competência para olhar para trás ela tem, abrindo uns 500 processos administrativos, sindicâncias mil; mas para olhar para frente, para a cidadania, ela não tem. Estão devolvendo dinheiro, deputado Paulo, nessa carência. Há pouco mais de um mês devolveram R\$1.200.000,00, recurso federal para produção de iniciativas no Farmácia Verde. Ficou parado. Mas por quê?

Isso não é importante. Importante é fazer sindicância, é olhar para trás, é não considerar o ativo para a sociedade.

Hoje, infelizmente, fomos tocados, logo pela manhã, com essa péssima notícia do MG Transplantes. É assunto difícil para qualquer governo, que mexe com mitos, com questões íntimas da pessoa, com a doação de órgãos. Pioramos em tudo. Nos últimos anos, atingimos o menor índice de captação e de diagnóstico de morte encefálica. Acho curioso que o governo passa a não se constranger com isso mais. Fala de um representante do governo que chefia a MG Transplantes: “Tivemos um ano ruim de captação. A saúde, de um modo geral, está muito precária”. Quem fala isso é um membro do governo. Não estou fazendo proselitismo partidário, de oposição, mas é um membro do governo que está dizendo que a saúde vai mal em todos os sentidos.

Agora há pouco, falamos das obras dos hospitais regionais. É impressionante, o governo gastou mais em propaganda para dizer que retomou as obras dos hospitais regionais do que gastou com as obras. Herança maldita! Um hospital regional em Governador Valadares, de 300 leitos, com 80% da obra pronta é uma herança maldita? Quer herança mais bendita do que essa? Acabem o raio do hospital, que faltam apenas 20% da obra! Que herança maldita é essa? Põe o foco a favor da sociedade e na conclusão das obras da saúde. Critiquem o passado, apurem o que for necessário, mas pensem na sociedade. O acúmulo dos vários governos é um ativo a favor da sociedade, não um motivo para fazer política partidária olhando para trás.

Precisamos subir o tom do confronto com a realidade não do confronto partidário. Aqueles que me conhecem sabem a minha atuação e que não me pauto dessa forma. Precisamos subir o confronto com a realidade, os indicadores. Caímos, deputado Mourão, de 500 mil mamografias para pouco menos de 200 mil. Era um êxito. Éramos o primeiro Estado do País em termos de cobertura de mamografia. E por aí vão os vários indicadores. Tudo foi abandonado. Um governo foi eleito porque a população



entendeu que era preciso trocar. Ele foi eleito para resolver problemas, para eleger prioridades, para governar, e não estamos assistindo a isso.

O Saúde em Casa é a única mixaria pela qual o Estado dá conta de apoiar os municípios na atenção básica, e mesmo assim o pagamento dos municípios está oito meses atrasados. Não estamos falando de fornecedor de papel, de pneu, estamos falando de dinheiro para custeio de unidades básicas de saúde. Na urgência e na emergência, os incentivos que ajudam a pagar os plantonistas dos hospitais estão atrasados seis meses. Não vai acontecer outra coisa, é isso o tempo inteiro. A coisa está desandando, está andando para trás.

Aqui não tem Antônio Jorge, do PPS, Doutor Wilson Batista, do PSD. Aqui tem parlamentares que trabalham por Minas Gerais. Precisamos ajudar o governo. O governo Pimentel precisa da nossa ajuda, mas ela tem de ser dada na medida da cobrança correta, para que os processos a favor da sociedade e da construção da saúde pública, missão tão ingrata e tão difícil, caminhem. É preciso que o SUS, maior exemplo da nossa cidadania nas últimas décadas, mas ainda tão falho de estruturas, tenha em Minas o vigor necessário para superar as dificuldades. Não podemos gerar mais dificuldades com a falta de pagamento.

Sou muito atento às questões da saúde, até por uma obrigação, porque fiz isso a vida toda. Até trouxe a nossa preocupação na LDO, sobre os repasses da saúde. É inacreditável. Além de todas as deficiências da lei, que não favorecem a saúde, porque os governos – para ficar muito claro estou falando dos governos – gastam pouco e mal na saúde.

Faço aqui um clamor aos pares: estamos solicitando uma comissão especial e vamos colher as assinaturas, a partir de amanhã, para debater a questão da febre amarela. Precisamos entender o que aconteceu. Franciscópolis, pequeno município do Rio Doce, está, hoje, na Folha de S.Paulo, porque todos os municípios do seu entorno estão com febre amarela, menos Franciscópolis, que fez o que é preciso: morreu um macaco, bloqueio vacinal.

Todos os municípios ao redor da cidade de Franciscópolis registram casos de febre amarela, menos Franciscópolis, porque o município fez o que se fazia sempre, uma vigilância correta. Precisamos entender em que se está falhando, se nas gestões municipais, se na estadual, se nas vacinas, enfim, há um grande temor. Agora, encontramos macacos mortos. Há de se dizer que a população, temerosa, começa até a matar macacos, o que é um equívoco imenso. Mas aconteceu muito próximo de nós: em Betim e em Contagem identificaram macacos mortos, um com o vírus. Possivelmente teremos necessidade de muitas vacinas em Minas Gerais.

Nós temos de nos unir ao governo, e talvez exigir do governo federal uma ação muito rápida em termos de vacinação para Minas Gerais, assim como já fizemos, de forma diligente, porque a opinião pública estava mobilizada. A saúde mobiliza mais a opinião pública; as mortes, infelizmente, esse drama que abate as famílias quando perdem um ente querido, mobiliza a opinião pública. Na tragédia da Samarco, montamos aqui uma comissão especial. O grande mobilizador, além do dano ambiental, foram as 19 mortes. Nós já temos quase cem mortos pela febre amarela.

Deputado Carlos Pimenta, presidente da nossa Comissão de Saúde, assim que houver a homologação, esta Casa precisará manifestar-se, pronunciar-se e trabalhar a favor da sociedade. Então, trago essas preocupações e a nossa atitude, que será a de aumentar a nossa cobrança e a fiscalização sobre o governo, para que as questões da saúde possam ser retomadas em um rito mais republicano e a favor da sociedade, porque nós estamos semeando muitas tempestades com esse apagão da gestão, com essa desconsideração com o passado, e principalmente com a falta de clareza das prioridades do governo Fernando Pimentel.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado Antônio Jorge, nós acompanhamos com muita atenção o pronunciamento de V. Exa., que lembrava, entre todas as alternativas atrasadas, no retrocesso do governo Pimentel, que o governo está precisando ser ajudado. Na verdade, está precisando, e muito, inclusive na área de orientação jurídica. O governo está descumprindo ordens judiciais. Isso é crime de desobediência, e ele precisa saber disso.

Estou aqui com uma ordem judicial, deputado João Leite, para fornecimento do medicamento denominado Temodal. E estão aqui o deputado Doutor Wilson Batista, que é do grande Hospital de Oncologia Cristiano Varela, de Muriaé, e o nosso ex-secretário de Estado de Saúde, deputado Antônio Jorge, com um grande trabalho realizado no Estado. Aqui está uma ordem judicial para fornecer o medicamento Temodal em caráter de urgência, devido ao risco de morte, ao Sr. Fernando da Silva Salvador, um cidadão pobre que recorreu à Justiça gratuita. Por risco de óbito, há ordem judicial para o fornecimento urgente do medicamento. Mas o chefe da Coordenadoria de Medicamentos Excepcionais da Secretaria de Estado de Saúde não cumpre essa ordem de 22/12/2016. Há 60 dias o doente está sem o remédio, com câncer na cabeça. Vejam se isso é possível.

Este governo precisa ser orientado inclusive na área de humanidade. Há tantos e tantos mineiros morrendo por falta de medicamento, chegando o governo ao extremo do crime de desobediência.

O deputado Paulo Guedes (em aparte)* – Deputado Antônio Jorge, acompanhei atentamente a sua fala, e V. Exa., que teve a honra de, no governo passado, ser secretário de Saúde do Estado, sabe muito bem que esse não é um problema deste momento nem deste governo. Seria importante destacar que os mesmos problemas que V. Exa. traz à tribuna hoje, ou o deputado Mourão, vêm acontecendo há mais tempo, e já aconteciam inclusive durante a sua gestão como secretário de Saúde. Mandado de segurança como esse sobre o qual o Mourão falou, acompanhei vários, dezenas, centenas de casos semelhantes.

Acompanhei, ouvi várias entrevistas durante os governos Anastasia e Aécio, em que os dois diziam que a falta de recursos em Minas Gerais para a saúde era em decorrência do pacto federativo, alegavam que os recursos ficavam todos na União. E estou sentindo agora o silêncio do Anastasia, o silêncio do Aécio, o silêncio do Zezé Perrela, senadores por Minas, que são da base do governo atual e indicaram a maioria dos ministros do atual governo. Eles silenciaram com relação a isso.

Nós sabemos que Minas, como todos os estados da Federação, o Rio de Janeiro, o Espírito Santo, o Rio Grande do Sul, o Distrito Federal, enfim, todos estão com dificuldades de caixa, com problemas relativos à queda na arrecadação. Mas o governo está funcionando. O governo não parou nada. Aqui em Minas Gerais – é preciso destacar –, apesar das dificuldades, o governo Fernando Pimentel tem enfrentado os problemas... E faz isso sem esconder nem maquiar os números, como acontecia no passado aqui, quando se retirou e se deixou de investir mais de R\$8.000.000.000,00 na saúde para construir a Cidade Administrativa e tantas outras obras faraônicas.

Então eu queria dizer aqui que nós estamos prontos, secretário, para esse debate, mas um debate sério, para pegar...

Do jeito que V. Exa. fala, parece que Minas começou há dois anos. Vocês têm de se lembrar do que vocês fizeram, dos 12 anos de governo do PSDB aqui e de como vocês deixaram a saúde, a educação e várias outras questões em Minas Gerais. É bom pontuar. Estamos prontos para o debate.

O deputado Antônio Jorge* – Deputado Paulo Guedes, V. Exa. tem, em parte, razão. Não reside neste deputado nenhuma pretensão de dizer que o passado era maravilhoso. Até tenho dito que o nosso acúmulo seria muito importante. Falamos, inclusive, das falhas do passado, como contribuição para este governo para que ele não erre naquilo em que nós erramos. Mas os acertos foram muito maiores do que as falhas.

O que nós ousamos confrontar com V. Exa. e os membros da base do governo são os dados fáticos. Se havia completude em muitas ações e falta em muitas situações, o que observamos hoje é uma piora em tudo aquilo em que, na época, eram apontadas falhas. Se havia falha nos hospitais regionais, agora eles estão abandonados. Se havia falha no MG Transplantes, agora é o pior dado dos últimos cinco anos. Se havia falha na judicialização, como havia – eu era vítima da judicialização, como o é hoje o secretário Sávio, que não tem culpa...

Quero dizer a V. Exa. que 90% das medidas judiciais eram atendidas em menos de 30 dias. Hoje somente 6% das medidas judiciais são atendidas. Então é um dado fático. O governo piora, não tem gestão, e é preciso haver atitude do governo para superar essas deficiências.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Bonifácio Mourão* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, ouvimos atentamente os oradores que nos antecederam, particularmente os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Antônio Jorge, que abordaram assuntos extremamente urgentes.

Deputado Arlen Santiago, vou conceder-lhe aparte, daqui a pouco, com o maior prazer. Há outro oncologista ilustre aqui presente. Vamos abordar tal assunto, de início, mas vamos falar mais sobre os hospitais regionais.

Eu abordava, deputado Arlen Santiago, uma questão relativa à ordem judicial que se encontra nas minhas mãos. Estou aqui com um mandado judicial de 22 de dezembro, que determina ao senhor chefe da Coordenadoria de Medicamentos Excepcionais que forneça, imediatamente, ao Sr. Fernando da Silva Salvador, carente, com justiça gratuita, o medicamento denominado Temodal. São quase 60 dias, e a Secretaria de Estado de Saúde do governo Pimentel não cumpre a ordem. Isso é crime de desobediência. O deputado Paulo Guedes disse que os governos passados não cumpriam, mas, com certeza, alguém já teria sido preso, porque a obrigação da Justiça é prender. É crime de desobediência, a Justiça pode prender em flagrante.

Esse é o caso aqui presente. É preferível a prisão, embora seja medida extrema, à morte injusta e absurda e à desumanidade da morte do pobre coitado que precisa. A pessoa está com uma neoplasia maligna, câncer na cabeça, mas não consegue tratamento. Por quê? O juiz dá a ordem, mas a Secretaria de Estado de Saúde, por meio do chefe da Coordenadoria de Medicamentos Excepcionais, não a cumpre. Essa é a situação. Estou aqui, inclusive, com o mandado, com os fundamentos da ordem judicial e assim por diante.

Deputado Dalmo Ribeiro, caro amigo e presidente, o que nos traz a esta tribuna é a questão dos hospitais regionais, que foi objeto de um aparte meu ao deputado João Leite. Está aqui a deputada Celise Laviola e o deputado João Magalhães, que também têm encarado de frente essa questão. Voltamos à tribuna. Esteve recentemente em Governador Valadares o deputado Ricardo Barros, ministro da Saúde, que fez uma palestra longa e desafiou todos os presentes – havia lideranças de mais de 90 municípios – dizendo que apresentássemos um projeto de custeio, porque ele entraria em contato com o governador Pimentel para que o Estado terminasse a obra, que está em 80% pronta. É o Hospital Regional de Governador Valadares, para servir a 86 municípios da região com as superintendências sediadas em Valadares e Coronel Fabriciano. Em Valadares, não há outro hospital público, só o velho hospital municipal, que serve a toda a região. Está aqui a deputada, a Celise Laviola, para testemunhar a verdade que estamos dizendo.

É preciso, de forma absolutamente urgente, terminar a construção desse hospital. O ministro entende que temos de apresentar um projeto de custeio. Na verdade, é preciso não só apresentar o projeto de custeio, mas também terminar a construção desse hospital e equipá-lo. O ministro disse que vai equipá-lo. Mas como pode? A coisa mais lamentável e triste que pode existir para a Nação ou o Estado é ver o esqueleto de uma obra, uma obra pelas metades, que se inicia num governo, mas, no outro governo, para completamente. Esse é o caso acontecido no governo Pimentel, que parou a construção de 12 a 14 hospitais regionais de Minas Gerais, aproximadamente. Precisamos de uma solução. Com o apoio da deputada Celise Laviola, do deputado João Magalhães e de outros colegas deputados, conseguimos colocar R\$25.000.000,00 no orçamento deste ano para o término da construção do Hospital Regional de Governador Valadares.

Agora precisamos juntar forças novamente para que esse hospital efetivamente seja terminado, até porque, se não for, como faremos o projeto de custeio sem saber qual é a despesa que terá? Por exemplo, para o Município de Governador Valadares, o custeio é muito mais alto, talvez o mesmo valor do futuro hospital regional. Por quê? Porque o Município de Governador Valadares está praticamente custeando sozinho o hospital municipal que serve a toda a região. Então, não mudará muita coisa. Já conversei com a deputada Celise Laviola. Encararemos, com certeza, esse desafio e vamos nos unir e apresentar o esboço do projeto de custeio. O que não pode continuar acontecendo são esses esqueletos que estão quase prontos, mas parados, e a comunidade, principalmente a comunidade mais carente, ou seja, aquela que não tem plano de saúde, estar morrendo por falta de recurso, trilhando as estradas e



buscando recursos nas capitais. Precisamos desses hospitais regionais para contermos a demanda para a capital. Precisamos distribuir nas cidades-polo de Minas Gerais a assistência à saúde, porque, através desses hospitais regionais, diminuirá a demanda em Belo Horizonte. Esse objetivo era o projeto do governador Antonio Anastasia, que lançou o plano de urgência e emergência que foi paralisado completamente no governo atual.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Obrigado, deputado Bonifácio Mourão.

Deputado Bonifácio Mourão, quero dizer que, como o homem que fez a Constituição Mineira – e fez muito bem –, suas palavras sempre são altamente aproveitadas.

Estava conversando aqui um pouco com o Antônio Jorge e nos solidarizamos muito com o Sávio Souza Cruz, um companheiro de muito tempo, uma pessoa que lutou muito e que hoje está na área da saúde, mas que vê o governo de Minas Gerais não fazer absolutamente nada, ou seja, acabar de destruir a saúde. Na verdade, a saúde nunca foi um primor no Brasil. Lógico que não, mas, pelo menos, havia dinheiro para começar a construir os hospitais regionais – quase terminá-los e terminar alguns –, para pagar o Pró-Hosp e o Saúde em Casa em dia, fazer o combate à dengue e à febre amarela e várias outras ações.

Agora vemos o que todos os programas da Secretaria de Estado da Saúde estão fazendo a um companheiro nosso, um companheiro do bem, um companheiro que sabe o que fala e o que faz. O governo se nega, não há solidariedade do governo do PT com o Sávio Souza Cruz, pois não mandam para ele nem a quarta parte do dinheiro de que precisaria. Sendo assim, aquilo que era feito nos governos Aécio e Anastasia, como posto de saúde, dinheiro destinado a melhorar a hemodiálise, etc., hoje o secretário não tem o direito de poder fazer; não pode fazer mais nada disso, porque ele não sabe quanto vai receber.

Eu me encontrei com o secretário da Fazenda em Jequitaiá, onde fomos lutar pela barragem junto com a Codevasf. Perguntei ao secretário Afonso Bicalho: por que vocês não gostam do Sávio? Por que vocês perseguem tanto ele? É porque ele não tem dinheiro para atender minimamente os prefeitos, os hospitais que estão todos se arrebatando e acabando? Aí muda gerente regional de saúde, muda isso, mas não fazem nada, não cumprem a Constituição.

O Ministério Público do Tribunal de Contas determinou que não foi cumprida a Constituição. Essa é a situação. Tenho certeza de que os deputados do PT, que falavam tanto da aplicação do Aécio e do Anastasia, hoje realmente ficam envergonhados de vir aqui, porque este governo não prioriza a saúde, não cumpre ordem judicial, não atende à população. É uma mortandade o que está acontecendo em nossa Minas Gerais.

A deputada Celise Laviola (em aparte)* – Sr. Presidente, meu querido colega deputado Bonifácio Mourão, da minha região. Sofremos lá com essa região, e quero dizer que temos um problema sério hoje de saúde – inclusive, o senhor já revelou isso aqui. Temos hoje o hospital municipal e também a assistência no Hospital Samaritano, mas sabemos que enfrentamos um problema muito sério.

Hoje a maternidade só funciona no hospital municipal. Na verdade, não temos mais esse serviço. A nossa maternidade fechou, e várias questões são sérias e estão se tornando cada vez mais. Porém, agora tivemos um apoio em nossa emenda, deputado. Acredito muito em compromisso; então, se o governador fez um compromisso conosco, acredito muito nele, porque ele tem cumprido com os compromissos feitos, embora não possam ser tantos quanto gostaríamos. Mas ele vem cumprindo conosco e acho que vamos ter um resultado positivo em nosso Hospital Regional de Governador Valadares. Essa é a minha expectativa. Acredito, quero crer nisso.

Agora, como o senhor já disse, temos de bater o pé quanto a nossa construção, para terminar o nosso hospital, buscar o equipamento e partir para a solução, sobre a qual já conversamos. Quero testemunhar sobre a preocupação que o senhor tem. Sou testemunha da preocupação que o senhor tem, inclusive a gente vem trocando ideias, já pensando no funcionamento do nosso regional, tão grande é a nossa vontade e a nossa expectativa de salvar a saúde em nossa região. Parabéns ao senhor pelas palavras. Quero dizer que vamos continuar lutando juntos e acredito que teremos a solução definitiva.



O deputado Bonifácio Mourão* – Muito obrigado, deputada Celise Laviola. V. Exa. revela, mais uma vez, que acima das posições partidárias está nosso dever maior com o povo do Estado de Minas Gerais, principalmente na área da saúde.

Mas, na verdade, este governo não tem se saído bem, deputado Dalmo Ribeiro Silva. Recentemente ouvimos o protesto de uma parte muito grande de professoras, porque o governo não estava cumprindo com o dever de designá-las nos termos legais. Elas estavam completamente preocupadas. Essa preocupação se espalhou por outras mentes e por outras pessoas da área no Estado, e tivemos que participar ativamente, contribuindo para que o problema fosse resolvido.

As áreas de saúde, educação e segurança são extremamente importantes, como outras, mas essas estão na linha de frente das preocupações. Então estamos, daqui, desta tribuna, procurando trazer uma contribuição para que este governo Pimentel olhe com mais atenção, com mais humanidade, principalmente para a saúde, para a educação e para a segurança do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 15/2/2017

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, público que acompanha a reunião plenária da Assembleia Legislativa, aproveitamos esta semana para criticar o governo do Estado, para fazer uma crítica a ele em razão da gestão totalmente divorciada dos anseios da população de Minas Gerais.

Acompanho hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as falas do governo do Estado e de seus representantes. Parece que é um mantra, uma repetição sem fim. Isto é o PT, o repetir algo exaustivamente. Imaginem que ficamos ouvindo que aconteceu um golpe no País. Chamavam-nos de golpistas, e ficávamos pensando: uniram-se o PT e o PMDB, fizeram o que estamos acompanhando com os pareceres do TSE na campanha. Valeu tudo na campanha para eles; e nos acusam. Votei em Aécio Neves para presidente e para vice-presidente no candidato da chapa. Portanto, ficamos ouvindo essa ladainha o tempo todo no nosso país e agora estamos ouvindo algo perigoso por parte do governo e de seus representantes: que em Minas Gerais não há problemas; que, enquanto os outros estados estão vivendo problemas, Minas Gerais não tem problema. Ora, claro que temos problema. Gostaria de que Minas Gerais tivesse problema? Claro que não. Queria aquele Estado da campanha do PT, do Sr. Fernando Pimentel, que prometeu aos mineiros o céu, prometeu aos servidores públicos o céu. Mas o que vemos, na realidade, são os servidores públicos do Estado de Minas Gerais, pela primeira vez na história, recebendo só depois do quinto dia útil do mês; os servidores que recebem mais de R\$3.000,00 recebendo parceladamente, até os policiais que estão nas ruas. Mas para o governo do PT está tudo bem nas Minas Gerais, não há problema no Estado, o problema está nos outros estados. “Não, em Minas Gerais não há problema.” Claro que temos problema, acabamos de exportar a febre amarela para os outros estados. Onde aconteceu o primeiro caso da doença? Em Minas Gerais, e agora ela atingiu os outros estados. Por quê? Porque este é um governo que não faz gestão, não é um governo atento, não é nada daquilo que foi prometido, não existe nada daquilo. Mas o mais grave: eles dizem para a população de Minas Gerais que aqui não há problema. Claro que há problema, claro que as pessoas têm de se vacinar. Quero dizer a você que acompanha a TV Assembleia: é preciso se vacinar, são duas doses. O Dr. Carlos Pimenta, deputado que está aqui, vai me corrigir: são duas doses da vacina que o ser humano tem de tomar. Trata-se de coisa grave.

Lembro-me, ainda atleta, que fomos jogar na Ásia – jogamos na Indonésia, na Arábia Saudita, no Kuwait – e, quando chegamos a Cingapura para uma escala – ficaríamos um dia lá –, pegaram o meu cartão de vacinação. Eu e mais cinco jogadores do Atlético não pudemos entrar naquele país porque não haviam se passado 10 dias da vacinação. Mas para o governo do PT não há problema em Minas Gerais. Já temos quantos óbitos? São 170 óbitos neste estado, por febre amarela. Exportamos a doença para os outros estados. Mas para o PT está tudo bem, não há problema em Minas Gerais, está tudo bem.



O que eu queria ouvir deste governo? Que temos problema, sim, e que a população tem de se unir, tem de trabalhar, a população tem de saber que estamos correndo o risco de espalhar por todo o Estado a febre amarela, atingindo os outros estados.

Mas o governador e seus secretários repetem, a todo momento, que Minas Gerais não tem problema. Espero que a população de Minas Gerais não esteja acreditando nisso. Vamos aos postos! Vamos nos vacinar!

Vou ter o prazer de ouvir o deputado Carlos Pimenta, que vai me ajudar por ser esta uma área específica dele, médico que é, envolvido com a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa desde sempre. Ele vai me orientar, mais do que isso, vai orientar a população de Minas Gerais, porque para o governo não há problema nenhum. Ouço, com muito prazer, o líder Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* – Muito obrigado, deputado João Leite. V. Exa., quando ocupa esta tribuna, tem sempre procurado trazer assuntos importantes e fazer alertas, como o que está sendo feito neste momento, em relação à febre amarela. O senhor está absolutamente coberto de razão, estamos vivendo um momento muito crítico. O pior de tudo é que, pelos estudos epidemiológicos, espera-se um pico muito grande da febre amarela no mês de maio. Ocorreu um pico em dezembro e vai vir outro agora, em maio. A própria cartilha que foi distribuída pela Secretaria de Estado da Saúde deixa muito claro que, no mês de maio, vamos ter o pior momento de disseminação do vírus da febre amarela. Se já morreram mais de cem pessoas até agora, é de se esperar que outro tanto mais de pessoas venham a morrer a partir do mês de maio.

Quando se tem esse pico, normalmente diminuem-se os números, mas agora vai haver uma recrudescência da febre amarela no mês de maio. A sistemática da vacinação da febre amarela é difícil, porque a vacina precisa estar numa temperatura de 6 °C. Se a temperatura estiver acima de 6°C, depois de algumas horas a vacina perde a sua validade, e o Estado não está preparado para isso, de acordo com o secretário de Saúde. Então, primeiro, precisamos conscientizar a população da importância e da gravidade do momento.

O deputado Antônio Jorge, aqui presente, nos procurou com a proposta de criar uma comissão especial na Assembleia Legislativa, ligada à Comissão de Saúde e à presidência desta Casa. Essa comissão é fundamental, porque vamos procurar, de todas as maneiras, chamar a atenção do governo do Estado para a sua responsabilidade, para não acontecer o que aconteceu no passado com o vírus da dengue e com o zika vírus, que trouxe tanto problema e tanta dor ao povo brasileiro, com o nascimento de crianças com microcefalia, e com a chikungunya, que muitas vezes deixa a pessoa incapacitada por vários meses, sem poder trabalhar, sem poder produzir. O que é pior: se esse vírus for transmitido pelo *Aedes aegypti*, vai atingir a população em massa. Estamos falando de uma doença grave, que foi erradicada há muitos anos, quando o Brasil não tinha condição nenhuma. Foi decretada a extinção da febre amarela no Brasil há muitas décadas, porque as pessoas se conscientizaram da dificuldade da situação. Agora, estamos vendo que estão tentando tapar o sol com a peneira. Na verdade, não tapa coisa nenhuma, pelo contrário, estamos colocando em risco a coisa mais importante que a pessoa tem, a sua vida.

Parabéns ao deputado Antônio Jorge pela proposta. Está aqui o Doutor Jean Freire, que também faz parte da Comissão de Saúde. A Assembleia Legislativa de Minas vai entrar nessa luta, alertando, chamando a atenção, ajudando o governo do Estado a tentar controlar a febre amarela, que vai vir no mês de maio com força total. Parabéns.

O deputado João Leite* – Obrigado, deputado Carlos Pimenta. Estamos ouvindo os especialistas. Ontem, ouvi o deputado Antônio Jorge; agora, ouço o deputado Carlos Pimenta. É para se preocupar. Não adianta ficar acreditando no que o governo está falando, que está tudo certo. O deputado Luiz Humberto Carneiro está ali – eu sei que ele não acredita –, mas morreu o primeiro primata em Sacramento, no Triângulo Mineiro, Arnaldo. O governo está dizendo que está tudo controlado, que a febre está controlada, mas morreu o primeiro macaco em Sacramento.

Então, aquilo que começou no Alto Jequitinhonha e foi para o Mucuri está chegando ao Triângulo Mineiro. E agora o deputado Carlos Pimenta faz um alerta: o pico da febre amarela será em maio, ainda não começou, e já temos o registro de quase 170 mortos. O deputado Felipe Attiê entrou agora, e é bom que ele saiba que já morreu o primeiro primata em Sacramento. A febre amarela chegou ao Triângulo Mineiro, mas o governo está dizendo que está tudo certo, que não tem problema nenhum.



Quero ouvir o deputado Antônio Jorge, e já informo que vou assinar o pedido para a instalação de uma comissão especial. Isso é que é seriedade! Se há problema, vamos enfrentá-los. Dispomos de médicos aqui, especialistas que podem orientar. Temos de fiscalizar o governo em relação a isso, porque ele está dizendo que não tem problema. É claro que tem problema.

O deputado Antônio Jorge (em aparte)* – De forma muito objetiva, agradeço a V. Exa., e quero fazer um clamor aos pares, aos colegas da base do governo, para que tenhamos uma resposta uníssona e para não transformarmos essa iniciativa em mais uma trincheira de luta entre oposição e situação. Na realidade, fazemos a propositura de criação de uma comissão especial por entendermos que o problema é muito agudo, que a Comissão de Saúde já tem muitas atividades ordinárias. Seria excepcionalizar um esforço, e não restringir isso aos membros da Comissão de Saúde. É uma atribuição da presidência a instituição dessa comissão. Estamos buscando assinaturas para dar legitimidade a essa iniciativa, mas eu estava conversando com o deputado Doutor Jean Freire, e gostaríamos muito que houvesse assinaturas de membros da base do governo, para que fosse mostrado à sociedade que se trata de uma iniciativa a favor dela, que a preocupação é com a sociedade. É a Assembleia Legislativa cumprindo seu papel, e não uma comissão para nos digladiarmos nesse binarismo situação/oposição. Por isso fica aqui o nosso pedido para que os membros da base do governo participem ativamente dessa iniciativa e o pedido à nossa presidência. Obrigado, deputado.

O deputado João Leite* – Contem com meu apoio para assinar.

O deputado Coronel Piccinini (em aparte)* – Muito obrigado, nobre deputado João Leite. O senhor está com toda razão. Estaremos aqui unidos contra esse mal que assola a sociedade mineira.

Mas venho aqui relatar um fato acontecido ontem no 8º BPM, que fica na cidade de Lavras, no Sul de Minas. Ontem, o nosso governador foi até lá para entregar novas viaturas, e a reserva ativa de ex-comandantes-gerais e até soldados foi proibida de entrar na sua casa. Eles foram proibidos de fazer consultas, porque o núcleo de assistência fica no interior do quartel. Tiveram de remarcar essas consultas e voltaram totalmente desolados. Eles não puderam entrar na sua casa, ou seja, no quartel, onde eles deram a própria vida pela instituição. O Cel. Célio, que trabalha lá dentro, não pode entrar, nem foi convidado. Voltaram e, certamente, vão pagar suas contas com atraso, porque os seus vencimentos ainda não foram depositados. Continuaremos lutando contra isso. Devemos receber no quinto dia útil e a nossa reposição salarial, de há dois anos. Venho aqui dizer que foi lamentável esse episódio no Sul de Minas. Obrigado.

O deputado João Leite* – Preocupa-me o que o Coronel Piccinini falou, pois estamos falando de Lavras, do 8º Batalhão. E de Lavras vieram pelo menos dois comandantes-gerais da Polícia Militar de Minas Gerais. O Cel. Hélio dos Santos Júnior e o Cel. Márcio Santana. Saíram do 8º Batalhão para o Comando-Geral da PMMG.

É inaceitável esse traço autoritário e ditatorial do PT. É lamentável tratar os policiais dessa maneira. Primeiro retirando a alimentação dos policiais e não lhes pagando em dia. Minas Gerais já estava em 2º lugar em pagamento dos militares, policiais civis e agentes penitenciários. Aí caímos para o 11º lugar em vencimento, porque há dois anos esse governo não corrige de acordo com a inflação o salário dos nossos policiais e o paga de três vezes. Além disso, retirou o Promorar dos policiais. Muitos deles estão vivendo em vilas e lugares onde há criminosos que eles já prenderam. Portanto, estão morando em lugares perigosos. É lamentável.

O governo do PT está dizendo que está tudo bem em Minas Gerais. Não vai bem. Amanhã quero falar da ameaça aos policiais. Está aberto o inquérito. O PCC e o Comando Vermelho estão ameaçando policiais de Minas Gerais e suas famílias. Mas, para o PT, Coronel Piccinini, está tudo bem em Minas Gerais, e não tem problemas. Tem problemas sim.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire – Boa tarde, Sr. Presidente, caros colegas deputados e deputadas, telespectadores e servidores desta Casa.

Sr. Presidente e caros colegas, ouvi atentamente a fala do companheiro que me antecedeu e que nos chamou a atenção para o fato de que, para as lideranças do governo e as nossas lideranças, em Minas Gerais não há problema. Sou desse governo e o



defendo. Tenho companheiros, como o André, a Marília e o Cristiano, que estão aqui, assim como de outros partidos. Nunca vi um companheiro nosso dizer que, em Minas Gerais, não há problemas.

Primeiramente, gostaria de começar a minha fala dizendo que, em Minas Gerais, há e sempre houve problemas e temos que enfrentá-los. Agora precisamos tomar muito cuidado ao usar esta tribuna, pois dirigimos a fala para milhões de pessoas no Estado de Minas Gerais. Portanto, temos de fazer isso com muita responsabilidade, companheiro André, porque existem alguns problemas. Não quero aqui fazer aquele discurso de problema herdado, se é novo ou se é herdado. Mas temos de tomar cuidado. Preocupo-me quando chego a uma reunião, e as pessoas dizem: “Vamos problematizar a situação”. Não. O que temos de fazer é apresentar propostas e não problematizar. Além disso, devemos tomar cuidado ao usar este microfone, porque as pessoas ficam ouvindo e pensam que estão com um superproblema, como o da febre amarela, agora, que está assustando as pessoas. Temos companheiros aqui que são colegas médicos, e sabem que é um problema real. Precisamos tomar cuidado. Há pessoas matando macacos, pensando que eles são os culpados de tudo. Companheiros aqui, que são colegas da área da saúde, sabem que os macacos sempre foram vitimados, como o caso que houve agora em Belo Horizonte. É preciso deixar claro para a população de Belo Horizonte que já foi feito o cinturão em volta do local onde foi encontrado o macaco morto. Como deixar tudo isso claro para a população de Minas Gerais?

A febre amarela é um problema? Sim, é um problema e foi enfrentada imediatamente quando houve a suspeita do primeiro caso.

Eu estava no Estado de São Paulo em uma atividade também parlamentar, visitando o Centro do Imigrante. Temos muitos casos – e o companheiro Emidinho Madeira sabe bem – de pessoas que saem do Jequitinhonha para a região de São Paulo, para o Sul de Minas para trabalhar na colheita do café e no corte de cana.

Estávamos em recesso parlamentar, mas, assim que foi detectada a situação da febre amarela no Estado de Minas Gerais, especificamente no Vale do Mucuri, suspendi a minha viagem e fui para o local, para o foco do problema. Não usei simplesmente as redes de comunicação para falar sobre o problema. Fui para o foco, assim como fez o nosso governador. Nos primeiros dias de janeiro, ele foi até o foco ver a prioridade e liberou verba para ação das prefeituras. Aliás, quero aqui parabenizar o prefeito Daniel Sucupira, de Teófilo Otôni, e os demais prefeitos da região, que fizeram um trabalho maravilhoso e que, depois, nos últimos dias, estiveram em Brasília em busca de recursos.

Foi falado aqui que o ministro esteve em Governador Valadares. Ora, ele esteve tão perto de onde estava o foco, em Teófilo Otôni, mas não foi lá ver o problema da cidade. Existe uma sala situacional no governo, deputada Marília Campos, onde todos os dias temos conhecimento do relatório epidemiológico. Estive lá na semana passada, pois sou da área de saúde e me preocupei em ir até a sala situacional – parece que sou o único deputado que foi lá até o momento. Fui lá conhecer os problemas, ver os dados e como está sendo feito o trabalho do governo do Estado.

Em janeiro, ainda em recesso, protocolei um requerimento solicitando uma audiência pública para debater o assunto assim que se iniciarem os trabalhos da Comissão de Saúde. Acho que a Comissão de Saúde tem de dar essa resposta, temos de ter capacidade de fazer esse trabalho. Nós diminuimos a letalidade dos casos em Minas Gerais. Inclusive – pegando os números de que a literatura fala –, em Minas Gerais a letalidade está menor do que os números ditos pela literatura.

Ouvi dizer aqui hoje que há mais de 170 casos de mortes confirmadas pela febre amarela. Isso não é verdade. Temos de tomar cuidado com os números. Os dados epidemiológicos de ontem falam em 69 mortes confirmadas por febre amarela, então não é verdade que são 170. Porém, quem ouviu a TV Assembleia e, por acaso, desligou neste momento, vai pensar que são 170 casos, o que não é verdade.

Por isso, temos de tomar cuidado. O problema agora está regredindo em Minas Gerais. Temos de ficar atentos, sim, não temos de esconder dado algum, e o governo não está fazendo isso. Nós, deputados, temos de agir firmes, ir onde o problema está,



apresentar trabalho, porque é isso que a população espera de nós. A população não espera simplesmente que a gente suba aqui, gesticule e fale que o problema é isso, que o problema é aquilo. A população espera bem mais do que isso.

E é isso que espero que, sem distinção alguma, todos nós possamos fazer, principalmente a Comissão de Saúde, que tem um papel fundamental de enfrentamento junto ao governo, e com todos aqueles, companheiro Rogério, que querem combater esse problema, e não simplesmente com quem quer problematizar o problema mais do que está.

Então eu queria me dirigir a cada cidadão, a cada cidadã, a cada mineiro que está me escutando. Minas tem problema. Febre amarela é um problema. O governo está atuando, o seu município tem que atuar. Se não estiver atuando, tem que ser cobrado.

Quero convidar os companheiros para visitar a sala situacional à qual já me referi. Ontem ouvi aqui, caros colegas, falar sobre a Funed, e queria deixar algumas verdades em relação a ela. Volto a repetir, não ficarei aqui tecendo comentários e acusando governo “a” ou governo “b”. Primeiro quero dizer que a Funed não é uma indústria farmacêutica. Isso não é uma verdade. Fica parecendo que a Funed simplesmente é uma indústria farmacêutica, e não o é, Sr. Presidente. A Funed vai além disso. A Funed é uma fundação de saúde pública. Nessa fundação de saúde pública há a indústria farmacêutica, há a parte de pesquisas, há a parte laboratorial e muitos outros serviços.

Foi citada aqui a Cármen Lúcia Soares, que está hoje na vice-presidência, respondendo como presidente. Por sinal, uma sanitarista de renome, preparada para o cargo que ocupa, que tem feito um belo trabalho na Funed. Mas ela não está dirigindo uma indústria farmacêutica, isso não é verdade. Inclusive o responsável pelo setor de indústria farmacêutica é o Dr. Francisco Leal, também colega renomado, inclusive fora do País. Já fez trabalhos fora do País e no País. E não podemos simplesmente diminuir o trabalho da Funed.

“A Funed diz que produz talidomida e pronto.” Meus colegas, caros telespectadores, se fosse só isso. É a única que produz no País. “A Funed parou de produzir soro.” Isso é uma meia verdade. Ouvindo atentamente isso, pensei: será que estou em outro país, em outro estado? Eu não sabia disso. Assim como se estivesse parada há seis meses, há um ano. Foi há um mês, caros colegas, caros telespectadores, que a Funed parou de produzir o soro. E por que fez isso? Porque tem que readequar o local, a indústria de produção de soro, fato esse que deveria ter ocorrido há mais de dois anos. Eu poderia dizer, companheiro deputado Paulo Guedes, que foi simplesmente porque o governo passado não se readequou. Poderia fazer essa acusação aqui, mas seria leviana. Por que, naquele momento, não foi readequada a indústria de soro da Funed? Porque o Butantan, o Hospital Vital Brazil estava melhorando a sua indústria farmacêutica, readequando a sua indústria de soro. E aí a Funed, mais uma vez, teve que assumir a produção nacional. Agora é a vez de esses institutos assumirem, e a Funed fazer esse trabalho de se readequar. Então é uma paralisação programada, e temos que ocupar a tribuna e falar sobre isso. Não simplesmente falar para as pessoas que a Funed parou de produzir e não vai produzir mais. Isso não é verdade.

Inclusive, Sr. Presidente, quero fazer esse paralelo, ligando a questão da febre amarela à Funed. A Funed, por meio do Instituto Octávio Magalhães, tem desenvolvido um papel fundamental no combate à febre amarela, de prontidão, fazendo os exames. E sabemos que é uma instituição confiável.

Então, meus colegas, eu, que sempre usei esta tribuna, falo: é passada a hora desta discussão. O povo espera bem mais de nós. Acho que em outros países foi assim. Deputado Rogério Correia, uma oposição séria pode ajudar, e muito, a governar. E é isso que esperamos.

Uma oposição pode cobrar, sim, assim como nós, governantes, e devemos cobrar, mas com muita responsabilidade. Não devemos assustar a população. Temos 69 casos confirmados de morte por febre amarela. A população está pensando que são mais de 170, mas isso não é verdade.

Para finalizar a minha fala, Sr. Presidente, gostaria de agradecer a receptividade de sempre dos companheiros, por onde passamos. Nesta semana, eu e o deputado Rogério Correia fizemos um percurso, várias agendas, começando pela cidade de Araçuaí,



no Fórum da Mulher do Vale do Jequitinhonha. Quero parabenizar todas aquelas mulheres e o polo da UFMG no Jequitinhonha, que faz um trabalho belíssimo; a cidade de Jequitinhonha, que nos recebeu muito bem; e as cidades de Almenara, Teófilo Otôni, Padre Paraíso, Serra dos Aimorés, Carlos Chagas e Ataleia. Foi, realmente, um fim de semana de muito trabalho.

Gostaria de deixar um abraço a todos que nos receberam e dizer que as demandas que adotamos nós as trouxemos para cá e já estamos agindo, efetuando para dar resposta a vocês. Um grande abraço a todos vocês.

O deputado Rogério Correia – Sr. Presidente, deputado Dalmo, solicitei o uso da tribuna, hoje, para falar de um assunto que tem inquietado grande parte da população brasileira, que são os trabalhadores. Trata-se do projeto de emenda constitucional que está tramitando no Senado e na Câmara Federal, sobre o qual já fizemos algumas discussões aqui, na Assembleia Legislativa. Mas apresentei requerimento para refazer esse debate, por meio de um movimento que pretendemos criar, para interferir no debate dessa emenda constitucional.

Hoje, pela manhã, participei de um ato convocado pelos trabalhadores rurais e agricultores familiares, por meio da Fetaemg e da Contag. Esse ato não foi realizado apenas em Belo Horizonte. Trata-se de uma iniciativa da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg. Esse ato foi realizado em diversas cidades de médio e grande porte, como Montes Claros – daqui a pouco, concedo aparte ao deputado Paulo Guedes –, Almenara – da qual o Dr. Jean acabou de falar –, Teófilo Otôni, Uberaba, Varginha, no Sul de Minas, Muriaé e Juiz de Fora, na Zona da Mata, Paracatu e Unai, no Noroeste de Minas. É a Fetaemg se mobilizando e chamando os trabalhadores para se manifestar contra a reforma da previdência. É sobre esse tema que, hoje, pedi para fazermos um rápido debate. De que se trata a reforma da previdência e por que fazê-la?

Antes de adentrar, especificamente, no tema da previdência, vou ler, deputado Paulo Guedes, três títulos de matérias que saíram publicadas de ontem para hoje. Um deles: “Crise econômica leva meio milhão de famílias de volta ao Bolsa Família”. Haviam saído do Bolsa Família 500 mil famílias, mas retornaram. Para quem escuta manchete, isso pode parecer uma notícia boa, mas não o é. São pessoas que não estavam mais necessitando do benefício e passaram a necessitar novamente, porque adentraram o nível de pobreza, do qual já não faziam parte, no Brasil.

A segunda matéria: “O Brasil terá ao menos 2,5 milhões de novos pobres até o fim do ano”. Se estávamos orgulhosos, como brasileiros, de não mais ter fome no Brasil, teremos mais de 2,5 milhões de novos pobres até o fim do ano, o que é, evidentemente, preocupante.

Mais uma notícia preocupante de hoje: “Comércio tem 200 mil lojas fechadas e 360 mil empregos diretos a menos”. Portanto, haverá o fechamento de lojas e vários comércios e a eliminação de empregos. Nesse quadro o que tem sido feito para recuperar o desenvolvimento do País? Até agora que ações vimos para tentar reverter esse quadro?

As ações apresentadas foram: em primeiro lugar, congelar, por 20 anos, as verbas da saúde e da educação. Dizem que investimentos em saúde e em educação são gastos que precisam ser contidos. Então, durante 20 anos, teríamos apenas crescimento inflacionário e não teremos nenhum ganho para a educação, a saúde e a segurança pública, ou seja, gastos sociais. Isso é um desastre para o Brasil, mas foi a medida tomada diante da crise.

A segunda medida adotada com a crise é a chamada reforma da previdência, que, na prática, proibirá aposentadorias, em especial para trabalhadores rurais e professores. Essa medida dificultará – e muito – qualquer tipo de aposentadoria no Brasil. Dizem que isso também foi feito para conter o que chamam de gasto. Só que isso, deputado Paulo Guedes, não é gasto, é previdência social, portanto, algo necessário para os mais pobres no Brasil. Essa foi a segunda medida tomada diante dessa crise que coloquei aqui.

A terceira medida anunciada agora é a reforma trabalhista. Quando essa medida foi colocada em discussão no Congresso Nacional, o que descobrimos? Que estão fazendo ou querem fazer prevalecer o negociado sobre as leis, e, dentro daquilo que poderia ser negociado, cuja lei não mais valeria, está o aumento da jornada de trabalho para 10, 12 ou até 14 horas. Isso significa estabelecer



jornada sem hora extra, ou seja, o trabalhador, em vez de trabalhar 8 horas por dia e o restante ser considerado hora extra, poderá chegar, Jean, a 14 horas por dia sem pagamento de hora extra.

Outra medida que vem sendo anunciada é a terceirização dos setores-fins, que significa também precarizar ainda mais o direito dos trabalhadores. Ou seja, essas duas últimas medidas afetariam as leis trabalhistas no Brasil.

A conclusão a que chegamos é que todas as medidas, para tentar conter aquilo que li no início, crise econômica levando mais meio milhão de famílias de volta ao Bolsa Família, 200 mil lojas fechando e o Brasil com mais dois milhões e meio de novos pobres. São todas medidas antipopulares, que afetam diretamente o trabalhador. Quais medidas foram anunciadas no sentido contrário, ou seja, medidas que pedissem aos mais ricos algum tipo de sacrifício? Nenhuma medida. Poderia haver medida nesse sentido? Sim. Por exemplo, os impostos sobre as grandes fortunas, porque ninguém fala em criar o imposto sobre as grandes fortunas que existe em vários países da Europa, e aqui no Brasil não se fala nisso. A conta tem de ficar sempre para os mais pobres, para os trabalhadores?

Outra medida sobre a qual ninguém fala mais é a taxação sobre especulação financeira. A taxa de juros do Brasil é estratosférica, é a mais alta do mundo. A redução tem sido mínima, completamente tímida. Não se fala em reduzir essas taxas de juros, muito menos em taxar a especulação financeira, que era outra forma de se dividir o tamanho da crise. Repito: todas as medidas foram contra os trabalhadores, contra aquilo de que o povo brasileiro precisa: educação pública, saúde pública, segurança pública.

Outra medida que poderia ser tomada seria a diminuição da margem de lucro. Por que mexer na reforma trabalhista se o custo do Brasil está alto e não diminuir a margem de lucro das empresas? Então, não há medidas para fazer com que o Brasil cresça novamente, gere emprego e renda e entre novamente num canal de produtividade. Não há isso.

Segundo, não há nenhuma medida para dividir o sacrifício e colocar os mais ricos como responsáveis por este momento de crise. É por isso que as coisas têm-se agravado e a insatisfação em relação ao governo federal está só aumentando. Mais uma pesquisa da CNT hoje aponta que o governo federal tem índices baixíssimos. O povo já está com saudade da Dilma, para não dizer da saudade imensa que está do Lula, exatamente porque as medidas têm sido antipopulares. O Congresso Nacional está insensível a isso. Apesar de toda a crise, há um rolo compressor aprovando medidas antipopulares. E agora falam em aprovar a reforma da previdência. É preciso, portanto, dar um basta a essa reforma e impedir que, nas costas dos trabalhadores, continue sendo jogada a crise econômica, que é mundial, mas cuja responsabilidade do País também é grande. Não há, deputado André Quintão, infelizmente, outro caminho senão a luta dos trabalhadores e do povo brasileiro. Os deputados federais e os senadores, em sua maioria, e o governo federal, com os partidos que lhe dão sustentação, não estão sensíveis a rever essa política econômica nefasta que aí está. O Superior Tribunal Federal se acovardou diante da situação e não toma decisões, a não ser aprofundar esse tipo de mudança conservadora. A mesma coisa tem acontecido com o Ministério Público e as instituições. A nossa expectativa é de uma mobilização popular para que essas medidas sejam derrotadas no Congresso Nacional, de forma que o Brasil retome o caminho do desenvolvimento.

Hoje eu fiquei muito esperançoso ao ver os trabalhadores rurais nas ruas de Belo Horizonte e de outras cidades. Fiz uma viagem com o Doutor Jean neste final de semana para o Vale do Jequitinhonha e vi que há uma aclamação geral contra essa reforma da previdência. Nós precisamos, daqui da Assembleia Legislativa, reforçar esse movimento popular. Está marcado para o dia 15 de março uma greve geral nacional unificada de todas as centrais sindicais contra a reforma da previdência. A ideia é de que ela se transforme depois em greve por tempo indeterminado no setor educacional, trazendo depois outros setores para a luta contra a reforma. Então, 15 de março será um dia importante, assim como 8 de março, Dia Internacional da Mulher, é uma preparação para essa luta. A população começa a se mexer para derrotar a reforma da previdência. É fácil explicar por que isso é necessário.

Eu andei pesquisando sobre isso. Em primeiro lugar, não se acredita que exista rombo na previdência. O que os estudos das centrais sindicais mostram é que, por exemplo, em 2015, nós tivemos receita para a previdência e assistência social, que estão juntas, de R\$694.000.000.000,00 e despesa de R\$683.000.000.000,00, ou seja, houve um saldo positivo de R\$11.000.000.000,00,



considerando aquilo que é arrecadado para a assistência social. Nesse sentido, não há déficit. O bode expiatório não pode ser a previdência dos mais pobres, porque há, repito, saldo positivo em relação àquilo que é arrecadado e àquilo que é mostrado sobre as aposentadorias, em especial a dos mais pobres. Não há, portanto, esse déficit que tem sido dito sobre a previdência.

Em segundo lugar, é plausível pensar numa aposentadoria para o trabalhador rural aos 65 anos de idade, tendo um período de 25 anos de contribuição? Ele não vai se aposentar. O êxodo rural será o próximo passo, aumentando a desigualdade no Brasil. O agricultor familiar está apavorado. Para ter 100% da aposentadoria, ele teria de contribuir por 49 anos. Se contribui por 25 anos, recebe a aposentadoria parcialmente, e não integralmente, e ainda assim dentro do teto permitido pelo INSS.

Uma professora, que hoje se aposenta aos 25 anos, e um professor, aos 30 anos, não poderão mais fazer isso. Pela nova regra, poderão aposentar-se aos 65 anos de idade e vão cair também no INSS, assim como todos os servidores públicos. Então, ele está acabando com o que há de bom na previdência. Um servidor da iniciativa privada, por exemplo, com 43 anos de idade e que tenha 25 anos de contribuição, pela legislação atual, teria uma aposentadoria integral aos 57 anos e proporcional aos 53. Estou me referindo a esse trabalhador de 43 anos. Com a reforma, ele teria de trabalhar 10 anos a mais, ter 67 anos para alcançar a aposentadoria integral e a proporcional apenas aos 65 anos. Deputado Paulo Guedes, vou dar outro exemplo de uma servidora pública, professora de 42 anos, que poderia aposentar-se integralmente aos 55 anos. Mas sabe com quantos anos ela se aposentará? Com 71 anos, portanto 16 anos a mais. Imagine, uma servidora pública de 46 anos de idade poderia aposentar-se aos 55 anos, mas só conseguirá aos 67. Uma servidora da iniciativa privada de 25 anos de idade que ia aposentar-se aos 52 só poderá fazê-lo aos 67 anos.

Essas medidas da previdência são, portanto, extremamente draconianas. É preciso haver, presidente, uma mobilização contrária a essa reforma da previdência. É essa conclamação que vim fazer ao conjunto dos deputados e das deputadas, independentemente dos partidos políticos. Paulo, não é justo com o nosso povo esse tipo de aposentadoria. O Brasil será o país com mais dificuldade de se aposentar nessa crise. O que estou propondo que seja feita na Assembleia Legislativa é que criemos uma frente parlamentar em defesa da previdência pública dos trabalhadores e das trabalhadoras. Minas Gerais tem de sair na frente em defesa da previdência. Ainda há tempo de sensibilizarmos os deputados federais e os senadores para não aprovarmos essa reforma, mas isso só acontecerá se houver movimento de rua. Nesse sentido, deputado Dalmo, conclamo que aprofundemos esse debate sobre a previdência pública. Tenho certeza de que teremos a imensa maioria dos nossos deputados estaduais apoiando essa plataforma. Obrigado, presidente.

O deputado Paulo Guedes* – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicio a minha fala dando prosseguimento, deputado Rogério Correia, a esse assunto de extrema relevância para todos os trabalhadores e trabalhadoras deste país: a reforma da previdência. E quero parabenizar todos os companheiros trabalhadores e trabalhadoras rurais que hoje fizeram mobilização em várias cidades de Minas Gerais. Parabenizo a organização da Fetaemg, especialmente do Norte de Minas, Montes Claros, onde houve hoje uma manifestação com mais de 5 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais de várias cidades daquela região. Concentraram-se na Praça da Catedral e, em seguida, foram até a agência do INSS, protestando pelas ruas da cidade.

Essa reforma da previdência, como quer o governo federal, como quer o governo golpista, é, acima de tudo, uma afronta a todos os trabalhadores. Mas quero aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dizer que a afronta aos trabalhadores rurais é muito maior. Não podemos dar um passo atrás. É muito diferente qualquer outro serviço do de trabalhador rural. O governo quer acabar com as aposentadorias rurais do País.

Quer que trabalhador rural contribua da mesma forma que trabalhadores urbanos e de outras categorias, como se o trabalhador rural não fosse uma classe diferenciada. É assim em qualquer lugar do mundo. É o sujeito que não tem hora para acordar, não tem hora para dormir, sua caneta é a enxada e, com certeza, tem perspectiva de vida bem menor que as outras categorias. É o sujeito que trabalha de sol a sol para sustentar esse país e, de repente, um governo sem voto, ilegítimo, irresponsável, manda uma



reforma da previdência para acabar com os direitos dos nossos trabalhadores rurais. É isso mesmo, minha gente. Trabalhadores rurais que se aposentavam aos 51 anos de idade, mulheres, e 60, homens, agora vão ter de contribuir como os demais trabalhadores.

O agricultor familiar produz para sua sobrevivência e para ajudar a economia. Deputado Doutor Jean Freire, 70% do que se produz no País vem da agricultura familiar. A agricultura familiar sustenta o Brasil. Isso representa uma irresponsabilidade fora dos limites. Deputado Rogério Correia falou das manchetes dos jornais de hoje que diz: 500 mil famílias brasileiras estão voltando para o Bolsa família – são famílias que estavam empregadas, que não precisavam do Bolsa Família, e saíram voluntariamente do programa nos governos Lula e Dilma; 2,5 mil brasileiros passarão a ser pobres novamente, em virtude do desemprego e da falta de perspectiva. E ainda vem um governo exigir isso, com apoio de um Congresso que também parece que não foi eleito pelo povo. A maioria do Congresso – Senado e Câmara dos Deputados – está apoiando essas medidas antipáticas contra os mais pobres, deputado Doutor Jean. Imaginem a quebradeira que será nesse país, nas pequenas cidades, nos pequenos comércios. Quem sustenta esse país são os agricultores familiares. Você já imaginou uma cidade como Itaobim, Manga, São João das Missões, Ladainha e tantas outras por esse estado se não fossem as aposentadorias rurais que sustentam o comércio e fazem as riquezas circularem?

Agora vamos exigir contribuição de trabalhador rural, que pega enxada de sol a sol. Mas contribuir com o que, se ele não tem patrão? Contribuir como? O que esse governo está fazendo sem ouvir a sociedade é aumentar cada vez mais o êxodo rural. Se essa reforma da previdência for aprovada, deputado Doutor Jean Freire, haverá uma debandada de agricultores, que vão abandonar suas terras e virão para a cidade. Isso aumentará as favelas, aumentará a violência. É o que tem acontecido neste país nos últimos 10 meses de governo golpista. Por isso, deputado Doutor Jean, quero conclamar todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais deste estado e deste país, nossa classe política, os representantes do povo nesta Casa, para que possamos levantar a voz de toda uma sociedade, pois os trabalhadores rurais deste estado e deste país não podem ser golpeados agora pelo Congresso Nacional. Concedo aparte ao deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire (em aparte) – Primeiramente, deputado Paulo Guedes, meu companheiro, quero parabenizá-lo pela firmeza e coragem na fala. Você traz um debate importantíssimo.

Gostaria de parabenizar também todos os trabalhadores rurais e todos os jovens estudantes, porque hoje recebi várias fotos, em vários pontos de Minas Gerais, da manifestação para dizer “não” ao desmonte da previdência. Vários companheiros, neste momento, estão em Teófilo Ottoni, em Montes Claros, em Diamantina, em Valadares e aqui em Belo Horizonte fazendo o seu papel. Quero mandar um abraço a todos eles e dizer que vamos, desta Casa, convocar também os nossos companheiros deputados federais para dizer “não” a esse desmonte da previdência.

Para terminar, você toca num ponto importantíssimo: quem mais vai sofrer com isso são as mulheres, os pobres, os trabalhadores rurais. Sempre falo, Paulo Guedes, que já atendi pessoas com 102 anos de idade que estavam indo, pela primeira vez, a uma consulta médica. Podemos passar nossa vida sem precisar de um médico, de um engenheiro, de um advogado, mas precisamos do trabalhador rural e da agricultura familiar. Todos nós, seja pobre, seja de classe média, seja rico, seja deputado, qualquer um, precisamos do trabalhador rural, no mínimo, três vezes por dia: no café da manhã, no almoço e no jantar.

Parabéns por sua fala. Um grande abraço a todos que estão, neste momento, lutando.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* – Caro amigo Paulo Guedes, primeiramente quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. Acho que a sua marca registrada nos trabalhos que vem desenvolvendo nos vários municípios do Norte de Minas é a defesa das pessoas mais necessitadas, fazendo de seu gabinete uma trincheira, principalmente das pessoas que não têm uma representação maior. Isso tem nos motivado cada vez mais a apoiá-lo em suas ações, e mais uma vez viemos apoiá-lo.

O meu partido, o PDT, traz no seu DNA a marca do trabalhismo desde a época de Getúlio Vargas, passando por Brizola. Toda a bancada federal do PDT vai se colocar frontalmente contra essa tentativa de retirar os direitos dos trabalhadores. Isso já foi discutido na executiva nacional e na executiva estadual. Não apoiaremos, em nenhuma hipótese, qualquer tentativa de fazer com que



o trabalhador pague uma conta que não é dele, uma conta do desmando que aconteceu neste país durante décadas. Não é justo, não é possível que essa conta recaia principalmente em cima dos trabalhadores rurais, que tanto se esforçam, que já passam por dificuldades maiores, que vivem o dia a dia com toda a dificuldade. Você olha para uma mulher, caro Paulo Guedes, de 50 anos que mora na roça, que pega no cabo da enxada, que trabalha de sol a sol e fala: essa senhora deve ter 70 anos de idade. A marca está no rosto dela, no corpo dela, e ela paga com a própria vida e com a saúde. Há essa dificuldade de se morar na zona rural, e agora vêm, dessa maneira, de uma forma covarde e injusta, com autoritarismo, achando que, no País, as coisas acontecem com decretos ou com decisões tomadas na calada da noite. É errado, acho que tem de se respeitar a memória deste país, tem de se respeitar aquelas pessoas que lutaram tanto, que põem, como você disse, o café e o almoço na mesa das pessoas.

Parabéns. Continue nessa linha. Você terá meu total e absoluto apoio.

O deputado Paulo Guedes* – Muito obrigado, deputado Carlos Pimenta.

Concluindo, Sr. Presidente, mais uma vez, quero aqui, como representante das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais na Assembleia... Sou sindicalizado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manga – fui sindicalizado aos 18 anos de idade.

Meu pai, que já faleceu, era trabalhador rural; minha mãe é trabalhadora rural aposentada; dos meus 12 irmãos, 7 são agricultores familiares. Conheço como ninguém a dificuldade de quem lida na roça. A maioria dessas pessoas que estamos defendendo Brasil a fora não tiveram a oportunidade de estudar, nasceram em lugares igual ao lugar em que eu nasci, sem energia, com a luz de candeeiro, sem escola. Muitos não tiveram a oportunidade de estudar. De uns tempos para cá, a vida melhorou, Doutor Jean Freire. Estamos vendo o governador entregar ônibus escolares. Mesmo com a dificuldade e com a crise financeira, ele está pagando os servidores, honrando o compromisso com os servidores da educação. Aqueles que recebem mais têm o pagamento parcelado, mas está sendo feito dentro do mês. O governo está entregando viaturas e ambulâncias em várias regiões do Estado. Está fazendo, apesar de toda a dificuldade que o País vive, a máquina de Minas funcionar.

Temos muitas dificuldades e muitas para superar, mas nenhum governo gostaria de passar pelo que estamos passando no País. Mas a ideia que se instalou no Congresso Nacional, em Brasília, no governo golpista, e no Senado, é de que quanto mais pobres estivermos, mais ricos eles vão ficar. É por isso que precisamos acordar. A população brasileira precisa acordar. Nunca tivemos tantos escândalos como nos últimos nove meses, delações e mais delações. As coisas estão às claras para todo mundo ver. A elite brasileira, que bateu panela para tirar uma presidenta honesta, respeitada no mundo inteiro, sem nenhuma denúncia de corrupção, hoje está calada e não bate panela para a corrupção e para a bandalheira de tantos políticos, tanta gente, ministros, senadores, ex-governadores denunciados nos últimos nove meses. Cadê os batedores de panelas? Portanto, quero aqui dizer aos nossos trabalhadores e trabalhadoras rurais que não vamos nos calar, nem na tribuna desta Assembleia nem nas ruas. Se o governo, liderado pelos golpistas – vejo agora o Aécio, o Anastasia e os senadores de Minas defendendo a reforma da previdência –, acha que vai tirar os direitos dos trabalhadores está enganado.

Doutor Jean Freire, quando Dilma e Lula estavam no governo, o Aécio, todos os dias, fazia um discurso a favor do pacto federativo: “Tem de fazer pacto federativo. Tem de redistribuir, porque as riquezas ficam todas com a União”. Hoje, a União está com o Aécio, que manda no governo. Ele se calou em relação ao pacto federativo. Quero ver o pronunciamento de Aécio defendendo a redivisão correta dos recursos para que os estados e os municípios possam receber mais, como ele e Anastasia falavam. Agora, estão de bocas grampeadas no Congresso Nacional e não falam mais nada em relação a isso. Agora a sua tropa de choque está pronta para tentar ludibriar a população mineira, contando inverdades, criando factoides e fatos que não existem.

Sr. Presidente, para encerrar, quero dizer que estamos atentos a todos esses passos, daqueles que falavam uma coisa ontem e que hoje estão calados. Nós estamos no mesmo ritmo, na mesma linha, na mesma determinação, sempre convictos, defendendo os direitos de todos, principalmente dos que mais precisam. É assim que foi a marca do governo Lula e Dilma, e é assim que será a marca do governo Fernando Pimentel. Vamos fazer o que for possível, mas sempre pensando naqueles que mais precisam, nos mais



pobres. É por isso que não podemos baixar a cabeça e aceitar a retirada dos direitos dos nossos trabalhadores rurais Brasil afora. Essa reforma da previdência é um golpe contra toda a sociedade, porque se isso acontecer, vamos ter mais desemprego no campo, mais gente pedindo nas ruas, mais pessoas nas favelas, e menos produção neste país. Não é possível que este governo e os apoiadores que o sustentam, como os tucanos liderados pelo Aécio Neves, não conseguem enxergar um palmo diante do nariz, não conseguem enxergar a realidade do País, só conseguem ver o Brasil do Rio de Janeiro ou da Europa. Eles não conhecem o dia a dia das pessoas, dos mais pobres e de quem trabalha de sol a sol para sustentar a economia deste país.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão* – Presidente Dalmo, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que assistem à TV Assembleia, é com alegria, mas também com imenso senso de responsabilidade, que subo nesta tribuna para comunicar que na manhã desta quarta-feira tive a honra de ser escolhido como o novo líder do Bloco Minas Melhor – constituído pelo PT, meu partido, PMDB, PCdoB, Pros, PTdoB, PR e PRB. Um dos blocos de sustentação ao nosso governo Pimentel, com 33 deputados e deputadas, que tem a responsabilidade nesta Assembleia Legislativa de fazer não só a defesa, mas também a contribuição, com ideias, propostas, sugestões para um governo de Minas cada vez mais atuante.

Então, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a bancada do PT, que me escolheu como líder do partido, e aos demais partidos, que nos atribuem essa missão, que será compartilhada com o líder da Maioria, deputado Tadeu Martins Leite, Tadeuzinho, companheiro jovem do PMDB, mas de muita experiência e trânsito parlamentar. Esperamos fazer um trabalho compartilhado e um trabalho muito sintonizado com os desafios que o momento exige, pois estamos vivendo o terceiro ano do governo em Minas Gerais. Um governo que veio com uma proposta nova, um governo que tem como eixo central o desenvolvimento econômico e social sustentável, que tem a leitura das disparidades regionais em nosso estado e que tem como meta principal fazer chegar em todas as regiões, em todos os municípios as políticas estratégicas e prioritárias, principalmente para quem depende dessas políticas públicas: trabalhadores, pessoas mais pobres, pessoas mais humildes, aquelas que dependem da escola pública, da saúde pública, da rede de proteção social, do apoio à agricultura familiar e da segurança pública.

Todos sabemos das dificuldades por que, em geral, os estados passam neste momento no País, seja pela crise econômica, pela recessão, seja pelo crescimento do desemprego, pelas dificuldades da receita, pela dívida volumosa dos estados em função de altas taxas de juros, critérios draconianos da União com os estados nessas dívidas. Tudo isso impacta e coloca obstáculos e desafios para a expansão das políticas públicas.

Mas o governo de Minas tem enfrentado essa situação com ousadia, com determinação, inclusive com apoio desta Assembleia. Já no ano passado, com a reforma administrativa, foi possível, associado a outras medidas, a redução do déficit em praticamente 50%. Nosso déficit, que era de mais de R\$8.000.000.000,00, herdado, caiu para R\$4.000.000.000,00, o que é muito. Nós reconhecemos, infelizmente temos essa situação. Esse valor é, em média, o que o Estado investia nos últimos anos em Minas Gerais.

Essa situação herdada está sendo enfrentada, mas com a preocupação de não reduzir as principais políticas públicas, de não penalizar o servidor e de não causar descontinuidade em áreas fundamentais para as pessoas em Minas Gerais.

Penso que é nesse espírito que assumimos a liderança do Bloco Minas Melhor, fortalecendo essas iniciativas e o diálogo com a população e os movimentos sociais. Uma das principais iniciativas no Estado, nesse período, foi a instalação dos fóruns regionais nos 17 Territórios de Minas, que levantaram suas demandas e necessidades. Hoje o planejamento do Estado está subsidiado por esses fóruns e pelas prioridades escolhidas democraticamente pela população, além, é óbvio, do trabalho dos deputados e das deputadas desta Assembleia.

Então, o nosso objetivo aqui é exatamente contribuir na ação legislativa. Aliás, teremos debates importantes em breve, nesta Casa, em relação a alguns projetos encaminhados pelo governo. Queremos também auxiliar no diálogo com os municípios, prefeitos, câmaras municipais, entidades organizadas, associações e movimentos sociais.



Ouvi atentamente os pronunciamentos de hoje. Concordo com os deputados Jean e Paulo Guedes quando abordam a questão de Minas Gerais não na perspectiva ufanista e megalomaniaca de um estado que está às mil maravilhas. Não. Sabemos e reconhecemos as dificuldades. Agora é inegável que, neste momento de crise, as principais políticas públicas estão em funcionamento regular no nosso estado. Quando o governo de Minas faz um acordo sobre o piso nacional do magistério, a valorização do trabalhador da educação, isso garante uma educação de mais qualidade, com mais regularidade.

Quando o governador faz um esforço ainda que com o parcelamento no mês... É evidente que ninguém gosta de parcelamento. Mas o parcelamento no mês permite que os salários sejam pagos. Existem estados onde os salários estão atrasados há dois, três, quatro meses. Quando o governo consegue manter uma capacidade de entrega de benefícios aos municípios, seja na saúde, seja na educação, seja na agricultura familiar, seja na assistência social, que é uma área que conheço muito... No ano passado, tomamos a iniciativa de capacitação de trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – Suas – e foram capacitados mais de setecentos municípios, Doutor Jean, de maneira descentralizada. Antes era tudo em Belo Horizonte. Foram 21 polos de capacitação em todos os Territórios de Minas Gerais.

No primeiro ano do governo Pimentel, em 2015, a transferência de recurso para os municípios na assistência social teve execução orçamentária de 100%. No ano anterior, em 2014, teve uma execução orçamentária de 14%. Então, sabemos que, mesmo diante das dificuldades estruturais, o governo está funcionando, movendo-se. Haverá novas rodadas de diálogo, de controle social e de acompanhamento dos fóruns regionais. Isso é também um sinal muito positivo de disposição para o diálogo.

Queremos aqui, na Assembleia, atuar também com as nossas ideias e os nossos posicionamentos. Somos a ressonância de vários segmentos da sociedade, de regiões e movimentos sociais. É importante estabelecermos esse diálogo com o governo no intuito de aperfeiçoarmos e aprimorarmos cada vez mais o seu desempenho em meio a desafios nacionais.

O deputado Rogério Correia trouxe um tema da mais alta importância, que é o tema da previdência. Entendemos que a crise do País não pode ter os seus desdobramentos ou a busca de ser equacionada no ombro dos mais pobres e dos trabalhadores. A proposta que o Congresso aprovou de limitação de gastos, a proposta de emenda constitucional, que congelou por 20 anos os investimentos, é danosa para aquelas pessoas que precisam das políticas públicas. A proposta de reforma da previdência, como está sendo colocada, penaliza e muito os trabalhadores em geral, trabalhadores do campo e do meio rural. O deputado Paulo Guedes aqui também mencionou isso.

Então, temos de ter um caminho diferente. O caminho da taxação de dividendos, do imposto sobre grandes fortunas, do combate à sonegação, do fortalecimento do consumo interno como mecanismo de aquecimento da economia, da facilitação às políticas de transferência de renda que aquecem também o mercado interno de consumo. A nossa visão estratégica difere de algumas medidas. E, aqui, em Minas, queremos fazer esse debate dos rumos de Minas Gerais sob essa perspectiva de manter as políticas fundamentais em funcionamento, de continuar o diálogo e a participação popular, de buscar mecanismos de indução do desenvolvimento econômico regional.

Ontem também ouvi aqui alguns deputados da oposição criticando a iniciativa do governo de estimular e criar uma rede de voos regionais. Acho essa medida fundamental. As regiões mais distantes, aquelas que são de difícil acesso, onde as companhias aéreas não têm uma lucratividade que as coloque presente nessas regiões, vão ficar esquecidas? Ora, são regiões que hoje têm universidades, que podem ter empreendimentos econômicos de médio e grande porte. E a gente sabe que a logística, seja o transporte rodoviário, seja também o transporte aéreo, ajuda, facilita. Se você quer induzir o turismo em Minas Gerais também tem de ter essa logística.

Hoje o governo busca colocar os seus órgãos de maneira integrada a serviço desse desenvolvimento econômico regional, que é fundamental, principalmente àquelas regiões que, historicamente, foram esquecidas. Um dos grandes desafios em Minas é reduzir as desigualdades que são sociais, mas, sobretudo, regionais. Quando você pega PIB *per capita*, pega média de renda, sabe que



existem regiões que sofreram historicamente, resultado de um processo de crescimento e desenvolvimento econômico concentrador – uma economia colonial, baseada em *commodities*, pouco diversificada – e, quando vem a crise, esta impacta diretamente a economia, a arrecadação e a vida das pessoas, principalmente nessas regiões.

No meu primeiro mandato também tive a honra de liderar um bloco, que era de oposição, Coronel Piccinini. Eram 17 deputados naquele momento. Isso me permitiu valorizar exatamente o papel da oposição. No funcionamento do Parlamento, a oposição é fundamental, mas não podemos e não devemos importar crise para Minas Gerais. Esse não é o papel da oposição. O papel da oposição é identificar lacunas, fragilidades e buscar alternativas. Agora, importar crise de outros estados para fomentar a crise, fomentar a confusão? Esse não é o comportamento adequado. Tenho certeza, até pela qualidade dos parlamentares desta Assembleia, que isso não vai ocorrer, porque, neste momento, precisamos do Estado em funcionamento, como está.

Já mencionei nesta tribuna que, quando a política pública falha, quando a política pública não chega, quem sofre é o mais pobre. Quem sofre é quem mora em áreas de maior vulnerabilidade, é quem depende da saúde pública, é quem depende do transporte coletivo, é quem depende da escola pública. Não interessa a ninguém a instabilidade. Então, Minas Gerais, este ano, até pelos resultados econômicos alcançados de redução pela metade do déficit, tem tudo para expandir ainda mais, melhorar a qualidade das entregas do governo. E este é o nosso espírito aqui: respeitar sempre os partidos que, porventura, façam oposição ao governo, mas também fazer a defesa enfática daquilo que acreditamos.

Então queria, mais uma vez, externar o agradecimento a todos os sete partidos que integram o Bloco Minas Melhor e buscar fazer o melhor aqui na Assembleia Legislativa. Com serenidade, com humildade, com escuta, mas principalmente com essa obsessão de defender as pessoas mais pobres, aquelas que mais precisam. Temos que ter posicionamentos mais firmes. Isso é o que me motiva, esse é o sentido da política, e é o que de fato as pessoas estão esperando.

Termino dizendo que as pessoas estão hoje num momento de crise da democracia, esperando resultados melhores do poder público. Então, eu queria agradecer inclusive a paciência de todos. Espero que tenhamos um trabalho muito profícuo. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Deputado André Quintão, acompanhei as falas finais de V. Exa., e ninguém quer crise, mas o governo do qual V. Exa. é base aqui, na Assembleia, e homologa suas decisões, porque a base de governo tem feito isso, é preocupante. O deputado Coronel Piccinini ocupou a tribuna, num aparte ao deputado João Leite, e quero cumprimentá-lo pela sua fala séria, equilibrada, acerca de uma cobrança que todos temos que fazer. O governador Fernando Pimentel foi ontem a Lavras, deputado André Quintão, entregar viaturas para a Polícia Militar, mas ele está fazendo isso em todos os lugares em que vai. Deputado Coronel Piccinini, não é só em Lavras. Em todo lugar que o governador vai, para não sofrer vaias e não tomar ovo podre e tomatada, ele vai a lugar fechado.

Mas ontem, deputado André Quintão, foi um absurdo. Eu, o deputado Coronel Piccinini e as nossas entidades de classe recebemos inúmeros *e-mails* e áudios, via WhatsApp, reclamando que policiais militares da reserva e reformados não puderam adentrar o 8º Batalhão da Polícia Militar, sediado em Lavras, porque o governador mandou fechar tudo, não entrou ninguém. Esqueceram de dizer ao cerimonial do governador, porque este governo é cheio de trapalhadas – já não bastam tantas trapalhadas que ele faz –, que, dentro da sede do 8º Batalhão, onde fica a 6ª Região, fica o núcleo de atendimento à saúde, em que familiares, policiais e bombeiros reformados e da reserva sequer puderam entrar para serem atendidos. Não puderam entrar para ir ao banco, deputado Coronel Piccinini, pagar suas contas. E olha que é pagar um pouco das contas, pagar as contas parceladas, deputado Coronel Piccinini. Porque a primeira parcela do salário foi recebida no dia 10, mas a segunda ninguém recebeu ainda. Os servidores da segurança pública, deputado André Quintão, estão sofrendo muito no governo de Fernando Pimentel, do PT. Muito obrigado.



Já não bastava o parcelamento e a falta de reposição da inflação dos anos de 2015, com data-base em 1º de outubro, e 2016, o governo ainda quedou-se inerte, está calado, não diz uma palavra. Não é reajuste, não, deputado André Quintão. As entidades de classe estão se organizando. Nós, parlamentares ligados à classe, estamos também nos organizando para apoiar a mobilização, porque a população precisa saber, primeiro, que o governador está descumprindo a lei. O governador não respeita o dispositivo constitucional, o inciso X do art. 37, que diz que é assegurada a revisão geral anual a todos os servidores públicos.

Em 1º/10/2015, o governador não disse nada aos servidores públicos, especialmente aos da segurança pública. Em 1º/10/2016, o governador continuou calado. Só que as contas não param de chegar. Dê uma olhada você que tem um empregado, uma empregada doméstica em casa, todo reajuste do salário mínimo vem dia 1º de janeiro. Ninguém pergunta, e todos nós pagamos. Todos nós pagamos as contas. Eu disse aqui, anteriormente, que a faculdade do filho do policial ou do bombeiro, a escola do filho, a prestação da casa própria, do apartamento, do carro, o cartão de crédito, esses credores não esperam: “Olhe, vou esperar você receber em três parcelas e não vou lhe cobrar juros”. É óbvio que não dirão isso. Este governo, deputado André Quintão, está massacrando os servidores da segurança pública.

Como se não bastasse, ele fez pior: quando ele foi entregar viaturas, fechou todo o batalhão, em Lavras, e não deixou sequer... Recebi um áudio, aqui, deputado André Quintão, de revolta: “Deputado, tenho 33 anos de corporação e não pude entrar. Sabe por quê? Porque o governador mandou fechar o batalhão”. Todo lugar em que ele vai neste Estado é só em ambiente fechado. Por quê? Por que em ambiente fechado, Coronel Piccinini? É por medo das vaias, Coronel Piccinini. Este governador não está com essa credibilidade, não. Foi passear no *Shopping Iguatemi*, em São Paulo, e foi chamado de corrupto, de tudo. E olhe que foi em São Paulo. Sabe por quê, Coronel Piccinini? Porque aqui ele não tem coragem de entrar em um restaurante, em um *shopping*, nunca entrou depois que assumiu o governo, com medo de ser vaiado e enxotado pelos cidadãos.

Quero corroborar com as palavras do deputado Coronel Piccinini. V. Exa. tem razão, comandante. V. Exa. tem razão em vir aqui ocupar esta tribuna e dizer que os familiares dos policiais e bombeiros militares daquela região foram humilhados pelo governador com esse gesto. O quartel é a casa do policial e do bombeiro, principalmente daqueles que ficaram 30 anos na caserna, com o sacrifício da própria vida, muitas vezes. Infelizmente, mais uma ação desastrosa do desgoverno de Fernando Pimentel, do PT.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 20/2/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Gustavo Augusto dos Santos, padrão VL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bosco;

exonerando Salvador Dornelas de Assis, padrão VL-21, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho do Sinttrocel;

nomeando Alisson Pinheiro Silva, padrão VL-23, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho do Sinttrocel;

nomeando Daniela Carvalhais de Almeida, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Gesiane Lage Vieira, padrão VL-13, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho do Sinttrocel;

nomeando Higor de Almeida Perdigão, padrão VL-13, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho do Sinttrocel;

nomeando Marcilene Conceição Melo Resende e Veneroso, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Geraldo Pimenta;

nomeando Pedro Firmo Júnior, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Vanessa Andrea Teixeira de Oliveira, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais.

Nos termos do do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990 e 5295, de 15/12/2006, assinou os seguintes atos:

nomeando Guilherme Wagner Ribeiro para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Secretário-Geral da Mesa, símbolo S-01, código AL-DAS-3-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria;

nomeando Marcelo Fonseca Ribeiro de Castro para o cargo de Diretor da Diretoria de Processo Legislativo, padrão S-02, código AL-DAS-2-01.

Nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009 e 2.610, de 2/3/2015, assinou os seguintes atos:

dispensando Flávia Pessoa Santos da Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática;

dispensando Marcelo Fonseca Ribeiro de Castro da Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Apoio ao Plenário;

dispensando Ricardo Moreira Martins da Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Projetos Institucionais;

dispensando Dalton Cardillo Macedo da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência de Operacionalização de Eventos Institucionais;

dispensando Júlio Cadaval Bedê da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

designando Dalton Cardillo Macedo para a Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Projetos Institucionais;

designando Júlio Cadaval Bedê para a Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática;

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:



aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 20 de fevereiro de 2017, o servidor Carlos Eduardo Ribeiro de Navarro, CPF nº 311.233.846/49, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, padrão VL-72, classe especial, no exercício do cargo em comissão de recrutamento limitado de Secretário-Geral da Mesa, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.